

AVISO AO USUÁRIO

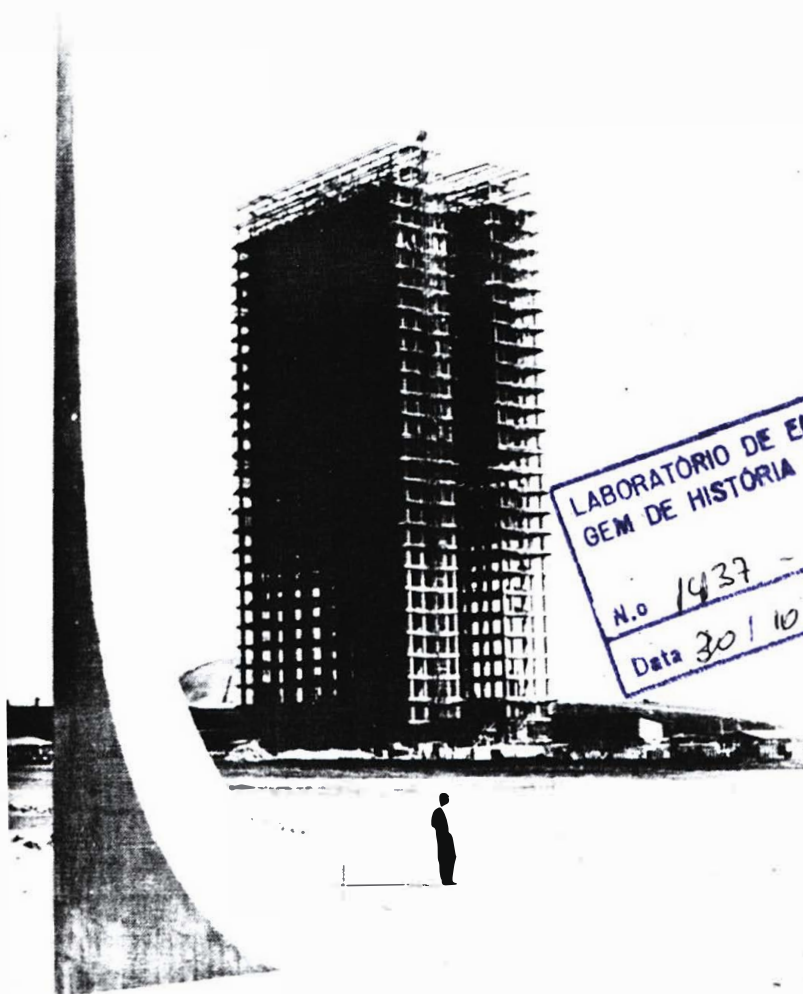
A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

REJANE DOS REIS OLIVEIRA

Imagens de Brasília:
Memória, Imaginário e História



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

UBERLÂNDIA.2002

1689

519
v

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)
UNIVERSITÁRIA S/N.
38000-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

REJANE DOS REIS OLIVEIRA

**Imagens de Brasília:
Memória, Imaginário e História**

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção dos títulos de Bacharel e Licenciatura em História, no Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Heloísa Helena Pacheco Cardoso.

Uberlândia, 2002.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Heloísa Helena Pacheco Cardoso
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Célia Rocha Calvo

Prof. Ms. Leandro José Nunes

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer meu pai, Sebastião e minha mãe, Sebastiana por terem trabalhado honestamente, buscando nos proporcionar condições para estudarmos. Agradeço às minhas irmãs Mara e Mera, por terem me dedicado “um amor de mãe”, estando muito presentes em todo o meu processo de formação e crescimento profissional e acadêmico. Ao meu irmão Renato, que sempre encara momentos difíceis com humor, tornando os problemas em coisas simples de serem resolvidas.

Agradeço ao meu marido Claudinei, que desde quando nos conhecemos, respeitou meu trabalho, apoiando-me nas fases de minha formação e incentivando para que eu prosseguisse nos estudos.

Muito obrigado aos professores do curso de História que contribuíram muito para minha formação, e aos colegas que estiveram comigo nestes cinco anos de estudos.

Agradeço à minha orientadora Heloisa, por ter me acompanhado na elaboração deste trabalho, sempre atenciosa e muito prestativa.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
 CAPÍTULO I –	
BRASÍLIA: MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA	4
 CAPÍTULO II	
CONSTRUTORES DE BRASÍLIA: A CIDADE NOS DEPOIMENTOS DOS TRABALHADORES.....	23
 CAPÍTULO III	
REFLEXOS DA IMAGEM: BRASÍLIA NA IMPRENSA UBERLANDENSE.....	43
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
 FONTES	54
 BIBLIOGRAFIA	56

INTRODUÇÃO

No 2º semestre de 2000, quando cursava o 7º período da graduação em História, tive a oportunidade de participar do projeto de iniciação científica, financiado pelo CNPq, denominado *“Imagens do Desenvolvimentismo: Minas Gerais nos anos 50 e 60”*, orientado pela Prof.^a Dr.^a Heloisa Helena Pacheco Cardoso.

O projeto foi desenvolvido com objetivo de recuperar as diversas representações que as diferentes camadas sociais fizeram das políticas desenvolvimentistas adotadas nos anos 50 e 60, tendo como campo de pesquisa as regiões do Triângulo Mineiro, enfatizando a recuperação do sentido de modernidade vivenciada pelos diferentes agentes da sociedade.

No contato com a documentação do período em que a política desenvolvimentista foi expressiva, tornou-se difícil não esbarrar na significativa presença de Brasília, meta-síntese do Plano de Metas de JK. A questão da mudança da capital para o Planalto Central instigou-me a analisar e refletir sobre as interpretações que a cidade adquiriu no imaginário social. Estes estudos desenvolvidos sobre as imagens de Brasília resultaram no meu tema de estudo e na elaboração da monografia de curso, aqui apresentada.

O recorte cronológico deste trabalho inicia-se no ano 1956, quando a lei de localização da nova cidade foi sancionada, abrange o período do processo de construção e os anos posteriores à inauguração.

Acredito que o meu trabalho tenha um aspecto diferente dos demais que trabalham este período, embora, talvez, a mesma temática, devido ao tipo de abordagem que me propus a desenvolver. Analisando o discurso oficial, a historiografia, os depoimentos e o discurso da imprensa, busquei apresentar as diversas imagens e significados que este período teve para os diferentes sujeitos e camadas sociais, não sobrepondo “versões” ou analisando se são verdades ou não. Mas, sim democratizando um pouco a discussão, fazendo um contraponto das diferentes abordagens e expectativas criadas sobre o período.

A monografia está estruturada em três capítulos, sendo que, no primeiro, a partir da seleção de alguns trabalhos que constituem a vasta bibliografia sobre o período, optei por trabalhar com a historiografia e com a memória oficial. Nesta última, privilegiei o próprio livro de Juscelino Kubitschek, publicada nos anos 70, e uma publicação mais recente(o livro de Ronaldo Costa Couto), uma obra que reproduz a memória oficial, na qual é possível verificar uma tendência em transformar o discurso oficial em “história”. Na reflexão sobre a memória e história busquei um contraponto com a historiografia a partir dos anos 80, que aborda temas variados como o discurso oficial veiculado e os mecanismos utilizados para sua legitimação, as condições de vida dos trabalhadores nos canteiros de obras entre outros. Nessa produção tento apreender como cada autor analisa a cidade.

No segundo capítulo, busco através dos depoimentos de trabalhadores, que deixaram a região de Minas Gerais em busca dos canteiros de obras da construção da nova capital, resgatar o que a cidade representou para eles no período da construção e o que representa após 40 anos. Isto porque os depoimentos foram gravados, nos anos 90, quando os trabalhadores relatam suas lembranças do vivido nesse período.

Esses depoimentos foram essenciais para a compreensão de como a memória celebrativa, os discursos de determinados períodos interferem, ou melhor, mesclam-se nas recordações dos vários sujeitos sociais que, ao evocarem lembranças do passado o fazem com o olhar no presente, trazendo a sua interpretação do período. Ao relembrem, selecionam os momentos significativos, as socializações, as dificuldades enfrentadas, as alegrias vividas, as experiências mais significativas, tensões, conflitos, frustrações, e silenciam os fatos ou acontecimentos que para eles não possuem significados.

No terceiro capítulo, busquei compreender, a partir dos artigos do jornais **Correio de Uberlândia** e **O Repórter** e nas Revistas **Uberlândia Ilustrada**, qual imagem da nova capital foi veiculada pela imprensa local, assim como analisar o discurso constituído por ela

quando Uberlândia foi cogitada para sediar a capital federal e sua reformulação ao ser dada a preferência à região do Planalto Central.

Essa documentação foi significativa para se compreender como a imprensa local, que expressa o posicionamento das elites políticas e econômicas, tentou inserir a população nos anseios nacionais, que convergiam para a busca do progresso. E também, como o discurso jornalístico é flexível, sendo formulado e reformulado conforme as conveniências.

CAPÍTULO I – BRASÍLIA: MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA



AO PRESIDENTE JUSCELINO
OLIVEIRA, QUE DESBRAVOU O
BRASÍLIA COM AUDÁCIA, EM
HOMENAGEM DOS PIONEIROS
NA GRANDE AVENTURA.



Museu Histórico de Brasília – 1959. Acervo ArPDF- F. NOVACAP.

Ao estudarmos os anos 1956-1961 nos deparamos com um período em que a política desenvolvimentista foi mais expressiva e é difícil abordar este contexto sem fazer referência à construção de Brasília pelo governo Juscelino Kubitschek. A construção da nova capital é um fato marcante em nossa historiografia. Criticada, amada, esperada, abominada por muitos, Brasília teve vários adjetivos: “cidade moderna”, “símbolo do progresso”, “cidade utópica”, “cidade igualitária”, “o eldorado”.

Diante desta marcante presença de Brasília, temos uma vasta bibliografia que elege como tema a nova capital federal. Dentre os títulos existentes, podemos citar o próprio livro de memórias de Juscelino Kubitschek¹, onde ele nos apresenta a sua visão sobre a construção da cidade, desde o momento da incorporação da idéia de transferir a capital para o Planalto Central até após sua inauguração.

Segundo o autor, a mudança da capital não estava inserida no Plano de Metas até 04 de abril de 1955, dia em que JK discursou em um comício na cidade de Jataí/Goiás. No mesmo, o candidato prometia cumprir a Constituição, quando foi interpelado, por um dos eleitores, que lhe questionou se estava em seus planos a mudança da capital federal para o Planalto Central. A partir desta data, o Plano de Metas, que se constituía de 30 metas, incorpora mais uma. Brasília passa a ser a meta- síntese da política desenvolvimentista.

¹ KUBITSCHKEK, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch Editora 1975.

De acordo com o Plano, a economia brasileira tinha um ponto de estrangulamento motivado pela carência de integração entre regiões desenvolvidas e outras subdesenvolvidas. Por isto, segundo o discurso governamental, era necessário buscar a integração. Era preciso que o Brasil, voltado para o mar, tomasse uma atitude diametralmente inversa. Para isso, era necessário medidas administrativas, como extinguir seus espaços vazios, promover a exploração dos recursos naturais, fazer a aproximação dos núcleos populacionais através de estradas, fornecer energia aos Estados construindo hidrelétricas, atrair investimentos externos para a industrialização, implantar uma política contra a seca do Nordeste, estimular a agricultura, e construir a nova capital. Todas essas medidas iriam proporcionar a integração nacional.

O livro também apresenta os antecedentes históricos da idéia de construir a nova capital, salientando que ela era antiga, e já em 1813 iniciava-se a discussão pela provável mudança. Porém, estas discussões só ficaram no papel. Essa recuperação dos antecedentes que retorna ao início do século XIX cumpre, na descrição, uma função importante: de levar o leitor a valorizar a iniciativa da construção na figura do líder JK, aquele que teria tido a ousadia necessária para esse empreendimento.

A partir do momento em que assumiu a presidência, Juscelino tomou providências para que ocorresse a aprovação de lei pelo Congresso para legalizar a construção da capital. Porém, segundo JK, a situação do país não era animadora, não só pelo suicídio de Getúlio Vargas, mas pela crise enfrentada na época de sua posse.

Após inúmeras dificuldades e pressão do governo, foi votada a lei nº 2.874 sancionada em 19/09/1956, que determinava a localização e construção da nova capital². Foram várias as

² No ano de 1946, uma comissão do governo desenvolveu vários estudos analisando quais as regiões que seriam mais indicadas para sediarem a nova capital. No desdobramento das pesquisas, foram pensadas a região do Triângulo Mineiro e o Planalto Central. Na votação, dentre os fatores que influenciaram, estava os antecedentes históricos da localização, ou seja, desde o período da Inconfidência Mineira a região do Planalto Central já era apontada. Este fator histórico influenciou para que esta área fosse a escolhida.

críticas ao empreendimento e, segundo o livro de memórias, até os assessores do Presidente achavam que ele não iria conseguir executá-lo.

Logo construiu-se o Catetinho(sede provisória do governo) e foi lançado o concurso para o Plano Piloto, que teve como projeto escolhido o de Lúcio Costa³. Segundo JK, a partir de fevereiro de 1957, cerca de 200 máquinas começaram a trabalhar. A construção iniciava-se com velocidade máxima, mas, reafirma, que nem por isso foi esquecido o compromisso com as 30 metas que compunham seu programa de governo.

Devido às inúmeras dificuldades de acesso à construção da nova capital, surgiu a iniciativa de construir um cruzeiro de estradas para fácil acesso à Brasília. Este cruzeiro seria constituído pelas estradas Brasília — Rio Grande do Sul, Belém — Brasília; Brasília— Acre e Brasília — Nordeste, as quais integrariam o país.

As obras eram construídas em ritmo acelerado e Juscelino escreve que, durante dois anos de construção, visitou Brasília 225 vezes. Nessas visitas, ele sempre fazia vistoria e cobrava dos operários o prazo para a entrega:

*“ Como é, meu velho, vai me dar esta obra na data marcada?
— É claro presidente. Pra que a gente tá dando esse duro?
O presidente pedia que olhasse na tabuleta a data; e depois da
confirmação do operário ele dizia:
— Isso, meu velho. Nesse dia, virei aqui para lhe dar um abraço.”*⁴

A cobrança para maior empenho na execução das obras foi intensa. JK tinha o objetivo de inaugurar a obra em seu governo, para que a mesma fosse referência ao seu mandato.

Neste contexto, a vitória do Brasil na disputa do campeonato mundial de futebol fez com que Juscelino ligasse a capital ao despertar de uma consciência nova no país. Brasília era um exemplo disso, era a justificativa da arrancada no rumo norte do Brasil.

³ Segundo a memória oficial, dos vários projetos apresentados, como Arquitetura e do Urbanismo no Brasil, Nei da Rocha e Silva, Construtec, entre outros, o projeto de Lúcio Costa foi escolhido devido a simplicidade, coerência, racionalidade e também por conferir grandeza à nova capital.

⁴ KUBITSCHKE, Juscelino. Op. cit., p. 75.

A cada edificação inaugurada, aumentavam mais as críticas contra a capital. Nas memórias de JK, estas oposições, tanto no Congresso quanto na imprensa, o tempo cuidou de dissipar, pois aos poucos Brasília se tornou realidade.

As inúmeras opiniões de políticos contrários à obra, foram contrapostas com os diversos elogios de visitantes ao canteiro de obras e ao ritmo acelerado da construção. Segundo a narrativa de JK, ele mostrou provas que o empreendimento foi realizado como havia sido idealizado:

“Brasília, como se podia ver, não era um amontoado de esqueletos de cimento armado. Era uma cidade pronta, com todos seus serviços em funcionamento — água, esgotos, luz, gás, telefone — dotada de hotéis de luxo, com dezenas de casas de diversões, rede escolar, supermercados, um hospital modelar — O hospital Distrital — e, quase concluído, seu revolucionário centro universitário.

*Declarei que não era só uma cidade nova, que causava admiração a numerosos artistas estrangeiros que a tinham visitado, mas que ela representava, igualmente, a cristalização filosófica do desenvolvimento. Assinalava o início de uma nova era na evolução da civilização brasileira”.*⁵

Nesta obra, é possível perceber a imagem elaborada de Brasília pela memória oficial, ou seja, pelo Presidente Juscelino Kubitschek, e o que ela representava. A nova capital era a concretização de suas promessas feitas ao “povo” de levar o país ao progresso, e a prova que a “cidade do futuro” não existia apenas em sua imaginação, como a oposição divulgava.

É válido ressaltar que memórias, como estas de JK, são importantes para a história por serem fontes de análise da relação entre memória e história. Porém, elas por si só não significam a história de um período. Ao contrapor memórias distintas com outros documentos torna-se possível recuperar o social enquanto espaço da diversidade.

É possível perceber também nesta memória a criação do mito do salvador da pátria. Em seus discursos JK sempre fazia referência a um “país que passava por uma crise” e que

⁵ KUBITSCHKEK, Juscelino. Op. cit., p.238.

um dos motivos da mesma seria o “ponto de estrangulamento” da economia brasileira, pela falta de integração entre as regiões.

Com a implantação das políticas desenvolvimentistas explicitadas no Plano de Metas e da construção de Brasília, que se constituía em elo de integração entre todas as regiões, o país caminharia para o progresso, rumo à prosperidade. Neste contexto, Juscelino para muitas pessoas, passou a representar a figura do “empreendedor”, que foi capaz de promover a construção e mudança da capital para o Planalto Central, a qual integraria e levaria o país ao progresso:

“A idéia da interiorização da capital do país era antiga, remontando à época da Inconfidência Mineira. A partir daí, viera rolando através das diferentes fases da nossa História: o fim da era colonial, os dois reinados e os sessenta e seis anos da República, até 1955. Pregada por alguns idealistas, chegou, mesmo, a se converter em dispositivo constitucional. No entanto, a despeito dessa prolongada hibernação, nunca aparecera alguém suficientemente audaz para dar-lhe vida e convertê-la em realidade.

Coube a mim levar a efeito a audaciosa tarefa. Não só promovi a interiorização da capital, no exíguo período do meu governo, mas, para que essa mudança se processasse em bases sólidas, construí, em pouco mais de três anos, uma metrópole inteira— moderna, urbanisticamente revolucionária — que é Brasília.”⁶ (grifo nosso).

“*Por que Construí Brasília*” foi publicado nos anos 70, depois que Kubitschek já havia deixado a presidência e o país atravessava a fase de perseguições políticas e de repressão aos movimentos sociais que caracterizaram a fase da ditadura militar. Fica, da obra, a sensação de que seu autor e protagonista pretendia construir “a história” a partir de sua própria autobiografia.

Fato interessante é que depois de quarenta anos, a historiografia continua a reforçar a mitificação do governo de Juscelino Kubitschek, ou seja, está reproduzindo a memória como “história”. Isto ocorre no livro lançado em 2001, onde Ronaldo Costa Couto, autor de

⁶ KUBITSCHKEK, Juscelino. Op. cit., p.07.

“Brasília Kubitschek de Oliveira”, recupera na sua obra a mesma construção da memória hegemônica dos anos 70, elaborada por Kubitschek⁷.

Não há muitas diferenças de linguagem entre a obra de Kubitschek e Couto: enquanto a primeira é uma evocação de lembranças, a segunda busca reafirmá-las. Embora Couto não utilize os mesmos títulos do livro “*Por que construí Brasília*”, sua obra segue uma linearidade conforme a de JK, abordando desde os antecedentes históricos, as críticas que a idéia da transferência da capital recebeu até os problemas pós inauguração.

Alguns trabalhadores são referências, para falarem de seus sonhos, de “como é linda a cidade”, que hoje habitam. Mas, eles aparecem como pobres coitados, desprovidos de esperança, até o momento da construção da nova capital, que aparece como um marco a separar o atraso da modernidade. Couto afirma que a idéia da mudança da capital levou vários brasileiros a acreditarem no país, a terem expectativas de dias melhores.

Assim como alguns candangos são referências, vários políticos e economistas são citados, fazendo críticas ou elogios à proposta. As críticas aparecem, contra a idéia e a construção da nova capital, motivadas pelos custos que o Estado teve com a compra de materiais para as obras, pela inexistência de licitações para a liberação de verbas. Elas geralmente são acompanhadas de uma justificativa do autor Ronaldo Costa Couto, onde custos versus benefícios da construção são justificados no “sentido da história” que a nova capital representaria:

“A avaliação dos custos e benefícios de construir Brasília e transferir a capital não cabe dentro de modelos contábeis ou econométricos. Não apenas porque faltam dados essenciais. Mas porque se trata de decisão complexa, estratégica, inflexão nos rumos do desenvolvimento nacional. De sua direção e sentido(...)

(...) Para o bem ou para o mal, Brasília tem de ser esperada como decisão de estadista, em que o sentido da história, o senso da atividade política e a intuição contam mais do que os princípios de economia política.”⁸

⁷ A comemoração do centenário de Juscelino Kubitschek em 2002 motivou o lançamento de vários livros sobre o tema, onde se insere a obra citada.

⁸ COUTO, Ronaldo Costa. **Brasília Kubitschek de Oliveira**. Rio de Janeiro: Record, 2001. p.237.

Embora o autor faça referência às opiniões de economista, dizendo que “Brasília custou muito ao país”, e alguns questionam “quanto custa Brasília até nos dias atuais aos cofres públicos”, a tentativa de anular essas críticas é, até certo ponto, simplista, substituindo os “princípios da economia política” pela “decisão de estadista”. Desta forma, o autor reforça o mito de salvador da pátria atribuído à figura de JK.

Com relação a inflação gerada a partir do governo de JK, Couto afirma que esta não tinha grandes dimensões. Com o empenho do presidente em desenvolver o país cinquenta anos durante o período de cinco anos do seu governo, o problema seria resolvido com o novo país que surgiria de seu mandato, ou seja, o desenvolvimento geraria a solução para o problema da inflação.

Discordando do autor, argumento que a questão deveria ser pensada em outra direção. A análise dos anos posteriores tem nos demonstrado que o problema da inflação deve ser avaliado no conjunto das prioridades das políticas públicas e nelas os governos brasileiros têm sistematicamente feito opção por modelos concentradores de renda.

Brasília, transformou-se em um grande problema para os funcionários públicos que resistiam em mudar do Rio de Janeiro e foram forçados a habitarem apartamentos construídos para eles. Transformou-se também em desilusão para os inúmeros candangos que não tinham onde morar e construíram suas casas em cidades- satélite: a nova capital afinal não havia sido construída para eles.

Afirma o autor, que a nova capital pós- inauguração foi uma concentração de problemas graves, como a falta de moradia, violência, desemprego, os serviços públicos como os posto de saúde, eram ineficientes para atender tamanha população. A cidade não foi planejada para acolher os trabalhadores que a construíram. Segundo Couto, “apesar de tudo, Juscelino é o homem certo, de entusiasmo, “simpatia”, “garra”, “força de vontade”. Não economizando elogios escreve: “(...) Apesar de talento político, JK era sobretudo e

*principalmente empreendedor arrojado e vibrante, empolgado construtor de sonhos e tocador de obras(...)"*⁹

Esta, no entanto, é apenas uma das interpretações presentes no conjunto da historiografia sobre o período. Talvez pelo significado que a construção da nova capital representou para muitos, talvez pela necessidade de interpretá-la no conjunto do processo capitalista brasileiro, analisando nela ora a arquitetura, ora os efeitos econômicos inflacionários que ocasionou, ora as relações sociais que foram construídas nos canteiros de obras, entre outras, Brasília tem sido tema de inúmeros trabalhos, desde os anos 60, que enveredam por outros caminhos, diferentes dos relatos de memória dos protagonistas da hora.

Particularmente nos anos 80 e 90 vários trabalhos acadêmicos foram produzidos sobre o tema. Destacarei alguns deles, tentando analisar os caminhos percorridos pelo seus autores.

Na tese de mestrado de Georgete Rodrigues Medleg¹⁰, é possível observar uma grande diferença com estas produções anteriormente citadas. Medleg produz uma interpretação do período baseada em conceitos como ideologia e imaginário. Produção de conhecimento histórico que não ocorre na obra de memórias de JK, uma vez que percebemos somente a evocação de lembranças.

Em *Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília*, a autora busca compreender a elaboração ideológica do terreno político de atuação de JK. Em seus discursos eleitorais, a linguagem de crise que o país atravessava justificava a opção pelo caminho do progresso rumo ao desenvolvimento. Nesse sentido, as memórias de JK são utilizadas por ela, porém como fontes de pesquisa.

⁹ COUTO, Ronaldo Costa. Op. cit., p. 255.

¹⁰ RODRIGUES, Georgete Medleg. *Ideologia, propaganda e imaginário na construção de Brasília*. Brasília. Universidade de Brasília. Nov/1990. (Dissertação de Mestrado).

Segundo a autora, através de seus discursos, JK estrategicamente colocou a NOVACAP(Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil) e Brasília como frutos de uma vontade geral, uma necessidade nacional. A capital passava a representar, para uma grande parcela de pessoas, o símbolo da mudança do país.

A imprensa foi um meio, de grande força, para a legitimação da necessidade da capital. Ela disseminava a ideologia de que Brasília era a cidade do futuro. Este veículo de informação exerceu um papel expressivo no convencimento dos opositores ao empreendimento da construção. Foi também através da mesma que a NOVACAP divulgava os lotes à venda em Brasília; a empresa gastou valores significativos com propagandas, matérias sobre os materiais que eram utilizados na edificação das obras e a respeito de sua qualidade e procedência.

A imprensa contribuiu muito para a disseminação de um sentimento de esperança, onde a capital representaria uma nova era, ao insistir na publicação dos depoimentos de seus propositores; como o reproduzido abaixo:

“ E todos, mesmo aqueles que combatem intransigentemente a idéia de Brasília, seria útil uma visita à cidade, onde milhares de brasileiros trabalham e lutam convictos de que ela iniciará nova e progressiva etapa no desenvolvimento do país”(Oscar Niemeyer 29/11/58)¹¹

Surge a Revista Brasília (1957), financiada também pela NOVACAP, com o objetivo de registrar os “acontecimentos” da construção, com destaque para o vulto das obras, e com discursos favoráveis ao empreendimento.

As sucessivas propagandas, e outras inúmeras divulgações, tornou Brasília, a partir de 1957, uma vitrine para o mundo. Foi local de visita de diversas autoridades de diferentes partes do país e do mundo, visitas que foram pagas pela NOVACAP. Além dos inúmeros gastos que a empresa teve, é necessário salientar que tanto os custos das obras

¹¹ Entrevista à imprensa Diário de Brasília. 1958.p.143 In: MEDLEG, Georgete Rodrigues. Op. Cit., p.83.

cinematográficas sobre a nova capital, quanto a sua exibição em todo território brasileiro foram pagos também pela mesma.

Em seu trabalho, Medleg também nos apresenta como a construção da capital possibilitou a popularização da ideologia nacional- desenvolvimentista. Apresenta dezenas de cartas escritas ao presidente pedindo terrenos na nova capital, emprego, justiça por demissões da NOVACAP, ponto de comércio, terreno para a construção de salão de cabeleireiro, pedidos que evidenciavam, segundo a autora, apoio e confiança na construção de Brasília.

Nas cartas escritas ao governo, é possível perceber as várias representações criadas sobre Brasília, que passou a simbolizar a oportunidade de emprego, moradia, mudanças. Além disso tornou-se expressiva a relação que os brasileiros tinham com o governo. Juscelino representava não só o “herói” que tiraria o país da crise(como inúmeras vezes discursou), como também o papel de “pai”. Diante disso a autora, refletindo a respeito do contexto e o do discurso político, afirma que:

“O discurso ideológico é vitorioso, quando consegue dar uma direção “lógica” a esses sonhos, encaminhando-os para um sentido único, aquele que interessa para o poder de Estado.”¹²

Em sua reflexão, o que ficou de Brasília após sua construção foi o Brasil “atrasado”, retrógrado, um Brasil arcaico que é mobilizado para legitimar projetos “modernos”, ou seja, pensou-se a nova capital como um instrumento que daria uma identidade de moderno ao país “atrasado”, porém, esta tentativa não frutificou. Segundo a autora, “tentaram implantar um marco moderno em um país subdesenvolvido”.

Outro trabalho que é relevante citar é o livro de Vânia Maria Losada Moreira¹³, que busca identificar os vários projetos sociais pensados e produzidos a partir da construção da

¹² MEDLEG, Georgete Rodrigues. Op. cit., p.206.

¹³ MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Brasília : a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins(1956-1961)**. Vitória:EDUFES, 1998.

nova capital. Tenta recuperar a perspectiva que prevaleceu como referência para a realização de Brasília e as contradições que surgiram.

Desta forma, em seu trabalho, ela aborda a questão mudancista, a inserção de Brasília no Plano de Metas, o projeto da NOVACAP. Analisa a estratégia da construção do consenso, onde o passado é utilizado como argumento político, como também reflete a respeito de Brasília e os ideários modernista, nacionalista, ruralista, e seus impactos políticos.

De acordo com Moreira, a NOVACAP foi criada para superar os obstáculos criados por vários políticos que eram contra a construção e que dificultavam a votação de projetos referentes a Brasília. A ineficiência da administração pública foi a maior justificativa para a criação desta empresa.

Foi no Congresso que se registraram as primeiras tentativas contra a Operação Brasília, mas, é no mesmo que se elabora uma articulação de certos interesses, projetos, opiniões e objeções da sociedade com relação à mudança. Neste contexto de opiniões contra e a favor, foi construída uma argumentação sobre a “origem” de Brasília. Nos discursos parlamentares e em artigos de jornais frequentemente verificava-se alguma reflexão sobre os “antecedentes históricos” da nova capital.

A autora visualiza a semelhança dos aspectos gerais das “histórias de Brasília” como uma espécie de colagem de determinados personagens e fatos que se relacionavam com a questão mudancista. A crítica está na apresentação de uma série de fatos sem explicá-los. De acordo com Losada, as histórias “ *não fornecem, portanto, informações adicionais capazes de contextualizar as diversas emergências da questão mudancista no processo histórico brasileiro.* ”¹⁴

¹⁴ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Op. cit., p. 58.

Através destas “histórias de Brasília”, há a construção de um discurso em que a nova capital é apresentada como uma “vontade”, uma “aspiração nacional”. Diante disso a autora escreve:

“ O mais notável destes recursos é o discurso linear e cronológico que insistentemente liga o ideal mudancista aos grandes marcos da evolução política brasileira, consagrados pela historiografia tradicional. O ideário mudancista foi sistematicamente correlacionado com o processo emancipacionista, por meio dos inconfidentes mineiros e de José Bonifácio; com o ideário republicano, por meio dos constituintes de 1891; com a Revolução de 1930, por meio dos constituintes de 1932; e com a democratização do País, por meio dos constituintes de 1946. O tema mudancista passou a figurar, deste modo, no roll dos “fatos históricos” importantes. Ligava-se, aliás, aos “fatos” que marcaram o processo de formação do Brasil, enquanto nação independente, republicana e democrática. Por isso, nada mais “natural” do que qualificar a construção de Brasília como uma “aspiração nacional”.¹⁵

Segundo Moreira, a visão de Juscelino Kubitschek sobre o ideário mudancista é tão a histórica quanto as “histórias de Brasília”. Elas se diferenciam pelo fato do Presidente não fazer referência à construção da cidade ligando-a a fatos do passado, mas ressaltando sua pessoa como personagem principal da realização da obra. Segundo JK¹⁶, a “origem” da nova capital está em sua campanha política à Presidência da República, como já ressaltai anteriormente, quando realizou um comício na cidade de Jataí em Goiás e, em seu discurso, prometia cumprir a Constituição, quando foi interpelado por um dos eleitores que lhe questionou se estava em seus planos a mudança da capital federal para o Planalto Central. Nesta versão a “origem” de Brasília resulta de uma decisão política.

A autora analisa ainda as inúmeras interpretações que a proposta de mudança suscitou. A partir das inúmeras opiniões contra e a favor, surgiram, também, curiosidades, interesses e expectativas em torno da nova cidade, devido à dimensão da obra. Brasília passou a

¹⁵ Ibidem., p. 59.

¹⁶ Esse relato encontra-se em KUBITSCHKE, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch Editora, 1975.

representar inúmeros papéis, ou seja, para Lúcio Costa, por exemplo, quando os brasileiros contemplassem a cidade moderna iriam visualizar que a nova arquitetura resolveria os problemas de conforto individual e coletivo e reivindicariam um padrão de vida melhor. A imagem da nova capital era a de que esta exerceria um papel pedagógico e político, porém Lúcio Costa não problematizou a cidade construída e a realidade do País.

Para Oscar Niemeyer seriam os movimentos progressistas que tornariam a arquitetura moderna, e a própria construção de Brasília, em instrumentos que mudariam a realidade do Brasil.

Para parcelas significativas dos movimentos nacionalistas, a construção de Brasília transformou-se em tópico defendido pelo movimento, interpretada como meta indispensável à organização de uma economia emancipada dos interesses “colonizadores” e “imperialistas”.

Já nos discursos ruralistas era evidenciado que a unidade nacional não seria concluída somente pela integração de interior e litoral, mas, também, por uma nova ordem de relações entre cidade e campo. A argumentação que o interior era alvo da exploração do litoral e de que Brasília poderia salvá-lo encontrou campo propício nos discursos ruralistas.

Desta forma, a mudança da capital foi tema muito discutido entre os mudancistas e antimudancistas. Políticos como Emival Caiado, França Campos, Pereira da Silva, Colombo de Souza, Fonseca e Silva tornaram-se ativos na defesa da Operação Brasília.

No Congresso surgiam inúmeras objeções, como a alegação dos altos custos do empreendimento, gastos supérfluos e suntuosos, não esquecendo dos efeitos inflacionários. A partir de 1958, os antimudancistas passaram a exercer um papel mais significativo, a ação da oposição se tornou mais aguda. E a mesma articulou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as atividades da NOVACAP. Esta idéia de uma CPI foi proposta por Carlos Lacerda e logo se tornou de interesse de vários políticos. Para Lacerda, Brasília agravava o

quadro econômico, pois gerava inflação. As discussões que perduraram até o dia da inauguração da capital nos oferecem uma visão geral do quadro político.

Desta forma, para a autora:

“A política mudancista foi, em resumo, uma resposta a um conjunto de problemas, como a necessidade de integração territorial e econômica, de desenvolvimento industrial e agromercantil e de reorganização e tecnocratização do Estado. Foi também objeto de sonhos, projetos de disputas. Mas, tal como foi operacionalizada, ela acabou aprofundando certas estruturas brasileiras, como o velho panorama rural — baseado no latifúndio, no poder da elite rural e na exclusão da população camponesa de direitos sociais e econômicos — e reforçando a tendência autoritária de descompromisso do Estado com as grandes massa emergentes no cenário político.”¹⁷

Na dissertação de mestrado de Hermes Aquino Teixeira¹⁸, o autor focaliza o canteiro de obras na construção de Brasília, marcado por uma exploração intensiva da força de trabalho. Para esta exploração, e velocidade no ritmo das obras, foram criadas a NOVACAP e o organismo paramilitar GEB (Guarda Especial de Brasília).

Ele aborda que, na década de 50, a concentração de terras nas mãos de poucos, os baixos salários, os camponeses sem terra, a fome, a exploração intensiva dos mesmos contribuiu muito para o grande exodo rural. Nesta década forma-se uma corrente migratória rumo aos tradicionais centros industriais, como também na grande área do Centro-Oeste, onde iniciava-se a construção de Brasília. Estes deslocamentos atendiam interesses que estão na base do processo de industrialização acelerada.

Segundo a teoria desenvolvimentista, a qual defendia que os países latino-americanos enfrentavam problemas econômicos devido à insuficiência de desenvolvimento do capitalismo, a aceleração deste solucionaria aqueles problemas. A aceleração seria alcançada através da expansão industrial e do investimento maciço de capitais estrangeiros. Neste raciocínio, o desenvolvimento brasileiro era visto como uma etapa atrasada do capitalismo,

¹⁷MOREIRA, Vânia Maria Losada. Op. cit., p.252.

¹⁸TEIXEIRA, Hermes Aquino. **Brasília: o outro lado da utopia (1956-1960)**. Brasília. Universidade de Brasília, 1982(Dissertação de mestrado em História Política do Brasil).

que seria superada pela modernização, e o Plano de Metas de JK torna-se uma solução para as dificuldades financeiras apresentadas neste país “arcaico”.

Foram vários os investimentos estrangeiros no Brasil. O nacionalismo-desenvolvimentista gerou uma euforia na história do país. Neste contexto, os opositores de JK não acreditavam na construção de Brasília. Porém, as significativas resistências para a mudança da capital não abalaram o presidente.

Teixeira acredita que os opositores atiraram no alvo errado, não visualizando que Brasília era um meio catalizador de legitimação popular para o Programa de Metas. Desta forma, o papel do ISEB(Instituto Superior de Estudos Brasileiros) foi expressivo na propaganda ideológica, legitimando a política desenvolvimentista. O Instituto elaborou um discurso em que Brasília tornava-se uma vontade nacional. A cidade passou a ser símbolo de mudança, tornou-se a terra prometida, onde os problemas dos diversos migrantes seriam resolvidos. A partir dessa análise, o autor constata a grande transferência de mão-de-obra para a região e elege as condições de vida e de trabalho dos candangos como seu foco de preocupação.

A migração foi fácil, considerando a situação que estes candangos levavam. A imagem da nova capital era a da esperança de mudar de vida. Eles vinham das mais diferentes regiões do país, chegando de trem, à pé, e através de outros meios. Os caminhões que buscavam mão de obra os traziam em condições subumanas. Os motoristas, para convencê-los a ir para o Centro- Oeste, prometiam maravilhas. Estes, antes de chegarem ao local, sofriam aproximadamente 22 dias nas péssimas estradas que levavam à Brasília.

Para o alojamento destes operários foi criado o Núcleo Bandeirantes, controlado pela NOVACAP e com data para desaparecer em abril de 1960. Cada vez o número de migrantes, que chegava e ficava nestes alojamentos, era mais expressivo. A partir de 1958, a empresa

não conseguia controlar mais a entrada de todos os homens e mulheres, sendo que as mulheres iriam aumentar o quadro de prostitutas nas proximidades das obras.

As condições de vida destes homens eram subumanas, os alojamentos eram infectos, a alimentação péssima. A questão da moradia era lastimável: em junho de 1958 chegaram 4000 retirantes nordestinos fugidos da seca e, a partir deste momento, via-se operários morando debaixo de árvores e casas feitas de sacos de cimento.

A NOVACAP tentava impor barreiras para a entrada de alguns candangos, porém, com a ordem de acelerar o ritmo da construção, havia a necessidade de contratar mais mão de obra. A entrada nas obras por estes trabalhadores seguia um processo: primeiro, eram encaminhados para o INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) para triagem, passavam pelo posto de saúde, e depois pela GEB, que, muitas vezes, dependendo do trabalhador, já era recrutado como soldado da Guarda Especial.

O trabalho não cessava, era dia e noite, domingos e feriados, o ritmo e a forma em que eram executadas as tarefas se assemelhavam ao trabalho escravo. A comida servida era de péssima qualidade, sendo encontrados na mesma baratas e outros tipos de insetos, isso quando a mesma não era servida podre. Os candangos, que faziam suas refeições nas obras, quando as marmitas chegavam, a comida estava imprestável.

Não só durante as refeições, mas durante todo o tempo, os trabalhadores eram vigiados pelos soldados da GEB, que maltratavam os candangos quando estes reivindicavam algo com relação as condições de trabalho que levavam. Teixeira escreve que:

“Além da exploração intensiva a que eram submetidos os candangos, acrescente-se ainda a completa falta de segurança nos locais. Dada as condições de isolamento na área e a pressa na construção, tornava-se praticamente impossível, determinar com precisão o número de operários acidentados em serviço (inexistem estatísticas exatas), que viriam sofrer lesões graves, ou a morrer, em face da ausência completa de condições adequadas de trabalho. Os candangos trabalhavam longas jornadas sem qualquer tipo de proteção: capacetes, botas, cintos de segurança etc.”¹⁹

¹⁹ TEIXEIRA, Hermes Aquino. Op. Cit., p. 151 e 152.

Isto tudo era acobertado até mesmo pelo Ministério do Trabalho, que fazia vistas grossas à essas irregularidades. Para manter essa massa acomodada, os soldados da GEB atuavam. O clima de tensão era sufocante, levando ao surgimento de várias manifestações de insatisfação.

Apesar das inúmeras dificuldades, muitos trabalhadores se mobilizaram para criar sindicatos para combater a exploração. Em 27 de julho de 1958 foi fundada a Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Planaltina, Luziania e Formosa, a qual teve mais expressividade de atuação quando ocorreu o sangrento massacre dos operários da Construtora Pacheco Fernandes. A Associação organizou uma greve contra os assassinatos.

O massacre da GEB é um dos fatos privilegiados na análise de Teixeira. O incidente ocorreu em 08 de fevereiro de 1959, quando os operários reclamavam da comida. Os soldados da GEB os agrediram e balearam vários trabalhadores, ficando muitos feridos e causando inúmeras mortes. O acontecimento de certa forma foi abafado, embora existam registros em jornais desta época, com informações sobre o massacre. Houve promessas oficiais de que haveria investigação e punição dos culpados, porém, esta investigação não era relevante para os interesses envolvidos na construção. Com o passar do tempo tudo seria esquecido.

Após inúmeras dificuldades e intensiva exploração dos candangos, chega o grande dia: a inauguração de Brasília. A cidade provocava em algumas pessoas o sentimento de mudança do país. Brasília tornou-se realidade, graças a obstinação de JK e o trabalho subumano dos candangos.

Mas à estes trabalhadores, na análise de Teixeira, após a inauguração, foram legados apenas a sensação de derrota, de frustração, e moradia nas cidades- satélite, nas favelas sem infra-estrutura. Pessoas estranhas foram morar nos prédios construídos com o suor de seu

trabalho. Surgiu o desemprego e, após as festividades, a cidade da esperança mostrou-se com uma nova imagem, a de uma realidade concreta diferente da imaginada por estes trabalhadores.

Segundo Teixeira, no palco da nova capital não há cortinas, não há cobertura de interesses do projeto político econômico do governo. O autor afirma que os candangos se depararam com uma realidade que mostra que a terra prometida era mais adiante.

Esse tema também é tratado no documentário “*Conterrâneos Velhos de Guerra*”²⁰, que trabalha com a contradição entre riqueza e pobreza no espaço da nova cidade inaugurada em 1960. A partir do momento em que os trabalhadores, dos canteiros de obra da nova capital, foram impedidos de morarem no meio urbano, eles iniciaram então a construção de barracos nas proximidades, casas de lonas, de madeira, papelão que geraram um grande contraste na paisagem da “cidade do futuro.”

O problema foi se tornando mais intenso, isto porque aquela população, em número significativo, começou a fazer de pontes e viadutos sua moradia. Novas medidas administrativas foram tomadas com o objetivo de sanar este “problema”. As chamadas cidades- satélites passaram a abrigar os trabalhadores da construção de Brasília e imigrantes que tinham acreditado encontrar ali uma vida próspera.

Desta forma, para algumas pessoas, essa capital foi, e continua sendo, símbolo de esperança. Para outras, foi se transformando em símbolo de frustração: ao contrário do que foi sonhado — o sinônimo de progresso —, configurou-se como uma questão não resolvida, que provocou um grande endividamento do país e a exclusão social. Entre o sonho e a frustração, ela se consolida como uma cidade igual às outras existentes no território brasileiro.

Portanto, ao contrapor a historiografia com a memória oficial, busco compreender até que ponto a historiografia vem reforçando a memória oficial do período estudado. Ao

²⁰Conterrâneo Velhos de Guerra. Direção Vladimir Carvalho. Sagres Home Vídeo/Riofilme, 1994. (Fita de vídeo — VHS).

mesmo tempo, outros trabalhos, como tentei demonstrar, buscam enveredar por outras análises, ressaltando o papel da ideologia, as relações sociais, a questão do Estado, entre outras, nos seus estudos sobre a cidade de Brasília.

CAPÍTULO II – CONSTRUTORES DE BRASÍLIA: A CIDADE NOS DEPOIMENTOS DOS TRABALHADORES



Grupo de trabalhadores chegando à Brasília, outubro/1959. Fundo: NOVACAP.

A construção de Brasília simbolizou uma fase de euforia e otimismo para uma parcela significativa de brasileiros, que a partir da década de 50, passaram a acreditar que o país caminhava rumo ao progresso. A crença que a nova capital seria uma cidade igualitária, o elo de integração do país e o caminho certo para o desenvolvimento, levou várias pessoas a deixarem sua terra natal para irem trabalhar nos canteiros de obra do “eldorado”, na busca por melhores condições de vida.

A tentativa de resgatar as expectativas de alguns sujeitos que viveram essa experiência, particularmente os trabalhadores que participaram da construção da cidade, significa esbarrar em um poder que legitima a perspectiva da história e da memória oficial, que se pretende única e verdadeira, silenciando outras histórias, outros saberes, e outras vivências.

Na memória oficial, expressa no livro de memórias de JK²¹, é possível perceber este silêncio, onde os diversos sujeitos sociais que participaram do processo de construção da nova capital são ausência. A partir de uma sequência linear dos acontecimentos, os trabalhadores não aparecem como sujeitos sociais, nem os movimentos coletivos que aconteceram no período são referidos.

Não encontramos referências sobre os alojamentos, os refeitórios e muito menos as condições de trabalho; sobre as dificuldades cotidianas de viver em uma cidade ainda em construção sem as mínimas condições de infra-estrutura; sobre a repressão e violência exercidas pela polícia na tentativa de abafar os descontentamentos. Mais do que isto, não encontramos as “vozes” dos candangos.

²¹ KUBITSCHK, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch Editora, 1975.

Nas referências sobre os trabalhadores, eles aparecem como os “desprotegidos da sorte e da fartura”, vindos de diferentes regiões em busca da “Terra da Promissão”, que encontraram, em JK, a personificação do “pai”, do “herói” capaz de “salvá-los” da condição de miséria em que viviam.

Considerados como “pobres coitados” por Juscelino, foram percebidos segundo a memória oficial, constituindo a multidão, e até mesmo nomeados de “abelhas do Planalto” ou comparados com um grande formigueiro:

*“(…), em Brasília, fervilhava o formigueiro humano, integrado pelos candangos anônimos que, impregnados da mística que lhes havia inoculado, reclamavam, com insistência, maior velocidade nas construções. Os miseráveis de caatinga, iluminados de uma nova fé, já acreditavam na grandeza que se erguia aos seus olhos deslumbrados.”*²²

Referidos como números, as centenas, ou melhor, os milhares de trabalhadores, não são apresentados com suas especificidades, como homens com características e vivências individuais e distintas. São lembrados a nível geral como enxame de abelhas ou como formigueiro humano.

Apresentar uma outra visão, a de que esses homens não são apenas os trabalhadores, os construtores, os candangos, mas sim, pessoas que viveram aquele momento, trabalharam nos canteiros de obras, dormiram nos alojamentos, se alimentaram nos refeitórios, se emocionaram com o término da edificação de determinada obra, viveram conflitos, encantaram e se desencantaram com as experiências vividas, se faz necessária para recuperá-los enquanto sujeitos sociais.

²² KUBITSCHKE, Juscelino. Op. cit., p.83.

Ao resgatar outros significados do período de construção da nova capital, como também pós-inauguração, não se tem a pretensão de substituir uma visão pela outra, muito menos discutir o que é verdade ou não, pois a produção do conhecimento histórico não tem este intuito. Mas sim, de tentar democratizar o campo de reflexão sobre o assunto, questionando a versão da história oficial como representativa de uma memória que se pretende coletiva.

Várias pessoas de diversas regiões do território brasileiro poderiam contribuir com seus depoimentos na produção desta reflexão, porém, o presente trabalho não pretende enveredar por este caminho. Minha escolha pelos depoimentos de trabalhadores que deixaram a região de Minas Gerais em busca dos canteiros de obras da construção da nova capital está ligada a oportunidade que tive de participar do projeto de iniciação científica, intitulado *“Imagens do Desenvolvimentismo: Minas Gerais nos anos 50 e 60”*.

Desta forma, ao optar por trabalhar com as falas de pessoas que deixaram o território mineiro em busca do canteiro de obras, tenho a intenção de refletir a influência do discurso desenvolvimentista para esta camada da população, tentando recuperar os sentidos que a proposta de uma cidade como Brasília teve para os trabalhadores que lá se fixaram.

As entrevistas escolhidas para a análise transmitem os significados atribuídos pelos depoentes às suas vivências. Elas não foram gravadas por mim, o que exigiu uma reflexão constante sobre o uso dessas narrativas, colhidas a partir de outras problemáticas, nessa monografia. Minha intenção é analisar as falas de depoentes que participaram de um projeto desenvolvido pela extinta Fundação Nacional *pró Memória*- Neco, que entrevistou, nos anos de 1992-1995, moradores da Vila Planalto e, posteriormente, nos anos 1995-1998, os moradores da Vila Paranoá. O projeto teve, como fruto, a produção de três documentários (Cadê Brasília que construímos?, Mãos à obra em Brasília e Memórias de cá e

de lá) e também a publicação de 17 relatos de moradores²³ dos quais selecionei cinco depoentes que residiam em Minas Gerais, quando da proposta da construção da nova capital.²⁴

Ao utilizar este material, que foram entrevistas baseadas em um roteiro pronto e que as respostas foram para as perguntas elaboradas por outras pessoas, pretendo de certa forma, não deixá-los no esquecimento, engavetados em arquivos e armários. Esse é um desafio que a história oral enfrenta hoje, com a possibilidade de utilização de uma documentação que se avoluma e está à disposição do pesquisador para suas análises.

Trabalhar com estes depoimentos significa refletir sobre a experiência destes sujeitos sociais, que deixaram sua região de origem em busca dos canteiros de obras da

²³ MAGALHÃES, Nancy Alessio e SINOTTI, Marta Litwinczik.(org). **Memórias e direitos: moradas e abrigos em Brasília**. Brasília: NECOIM,2001.

²⁴ Os cinco depoentes escolhidos foram:

Caetana do Amaral Braga (“Dona Caetana”) – Nasceu em 26 de abril de 1924, em Brasópolis. Depois foi morar em Pouso Alegre. Mudou para Brasília, em junho de 1957 com seu marido, que conseguiu um trabalho na Rabelo, para exercer a função de chefe de oficina. Foi a primeira parteira da Vila Planalto, foi comerciante na Vila Amauri, trabalhou como cozinheira em um dos clubes da Rabelo. Foi telefonista no Hospital Distrital, o qual lhe assegurou a posse de sua moradia na Vila Planalto. Entrevista realizada em 1992/1993. Publicada em 2001.

Efigênia Fernandes Dias – Nasceu em Gonzaga, no interior de Minas Gerais no dia 30 de janeiro de 1958. Chegou em Brasília em 1969 quando tinha 11 anos de idade, mas já havia visitado a cidade antes. Seu pai trabalhou no canteiros de obra desde o início da construção. Quando foi para a nova capital, morou em um alojamento da Companhia Nacional. Depois foi morar na Vila Planalto, onde passou a fazer parte da Associação de moradores. Entrevista realizada em 1993. Publicada em 2001.

Gabriel Balbino Nogueira – Nasceu no dia 15 de abril de 1927, na cidade Santa Bárbara, Zona da Mata, Minas Gerais. Foi fichado na Construtora Rabelo em Belo Horizonte, dia 19 de dezembro de 1955. Depois foi transferido para a cidade de Ressaquinha para trabalhar em uma pedreira, quando foi informado que iriam construir o Palácio da Alvorada e precisavam de trabalhadores. Entrevista realizada em 1992/1993. Publicada em 2001.

Maria de Lourdes Pereira dos Santos (“Lourdes”) – Nasceu no dia 29 de agosto de 1955 em Paracatu, Minas Gerais. Chegou em Brasília em 1964, quando tinha 09 anos de idade. Foi morar na Cidade Livre que era o Núcleo Bandeirante, com a mãe e o irmão. Devido aos vários problemas enfrentado na Vila Paranoá por volta dos anos 70, ela começou a fazer parte da Associação de Moradores. Entrevista realizada em 1997. Publicada em 2001.

Nelito Vieira Maria (“Seu Maia”)- Nasceu em 1939 em Monte Alegre de Minas. Ele e sua família moravam em uma fazenda no município de Tupaciguara, que era conhecida pelo nome Confusão. Em fevereiro de 1958 “Seu Maia” chegou em Brasília. Foi para a nova capital por influência do irmão, que transportava trabalhadores para o canteiros de obras, e lhe disse que iriam construir em Paranoá uma barragem. “Seu Maia” foi tratorista na CCBE, quando em 1965 foi demitido. Trabalhou durante alguns anos como fotógrafo até conseguir o direito de posse de uma chácara próximo à Paranoá. Entrevista realizada em 1997. Publicada em 2001.

nova capital federal, tentar analisar as relações sociais construídas naquele espaço e compreender os significados que possibilitaram a emergência de um sentimento de pertencimento a ele.

As falas dos cinco depoentes selecionados revelam os motivos que os levaram aos canteiros de obras, as condições de vida, as alegrias e tristezas, os sonhos e frustrações, os momentos de socialização, as lutas e conflitos, enfim as experiências vividas, no período da construção e pós inauguração.

Ao “dar” voz aos construtores de Brasília, percebemos nas suas falas o contexto atual em que eles estão envolvidos, o que os leva a fazerem referências ao passado com olhos no presente. Ao trabalhar com falas dessas pessoas, entendemos que *“escolhê-las e analisá-las implica identificá-las e compreendê-las no contexto social em que se engendram e, igualmente, dentro de nossas perspectivas de investigação. Nesse sentido, mais do que buscar dados e informações nas fontes, nós as observamos como práticas e/ou expressões de práticas sociais através das quais os sujeitos se constituem historicamente.”*²⁵

As vivências dos depoentes nos revelam como eles se vêem como sujeitos sociais no processo de construção da nova capital. As experiências nos canteiros de obras, as alegrias no dia da inauguração da nova capital, as frustrações de não terem uma moradia, a luta para conseguirem pertencer a cidade, são fatos que os identificam como sujeitos essenciais para compor uma outra história.

Estas entrevistas, que foram colhidas nos anos noventa, nos oferecem um campo amplo de reflexão. Elas relatam experiências transcorridas no espaço de trinta anos de vivências pós inauguração. Esse cotidiano de luta, de frustrações, de alegrias e realizações que permeia o campo das memórias, ao serem solicitadas, seleciona o que lhe é mais significativo para ser lembrado e contado aos entrevistadores.

²⁵ KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. **Projeto História**. História e Oralidade, São Paulo:EDUC, nº 22, p 81, Jun/2001.

Alguns desses depoentes relatam como tomaram conhecimento da notícia da nova capital. Os meios de comunicação exerceram um papel significativo na disseminação do discurso desenvolvimentista e da necessidade da construção de Brasília. O rádio, principalmente, foi um instrumento utilizado pelo governo, e JK, após assumir a presidência, fez inúmeros discursos pedindo a cooperação de todos os brasileiros para que o país caminhasse rumo ao progresso. E foi pelo rádio que Dona Caetana se emocionou com a transmissão da Primeira Missa, celebrada em 03 de maio de 1957, e essa emoção despertou nela o sentimento de mudança:

“Eu tinha uma vida mais ou menos lá em Minas, em Pouso Alegre. Quando eu vim pra cá, que eu tive vontade, desejo de nós irmos pra cá foi pela Primeira Missa aqui, que foi lá no Cruzeiro. Eu ouvi pelo rádio, chorei muito. Falei: “Ô meu Deus, eu podia estar lá! Porque eu gosto muito de História, sabe? Adoro História. Então eu falava: “Eu ainda vou morar lá.” E calha que meu irmão foi chamado pra trabalhar na Rabelo. Então nós viemos pra cá. Meu marido tinha dois caminhões e ele veio pra cá a convite do meu irmão, que foi convidado pelo Marco Paulo Rabelo. Eu vim em 57, junho de 57. Nós viemos, eu e meus sete filhos homens, para o Acampamento da Rabelo, que era lá no Palácio Alvorada. Meu marido veio pra ser chefe da oficina de lá.”²⁶

O discurso veiculado influenciou na produção e intensificação dos imaginários de um número significativo de pessoas, que visualizaram na proposta uma possível solução dos seus problemas. Na expectativa criada, são explicitados valores, comportamentos, sentimentos, e principalmente a esperança de uma vida melhor. Brasília se transforma no símbolo de mudança não só do país, mas também para a parcela dos trabalhadores que acreditaram nela.

A criação e manutenção dos imaginários sociais levaram as pessoas a elaborar inúmeros sentimentos e expectativas. Ao introjetarem de certa forma este discurso, cada sujeito reelaborou o que a nova capital representava, conforme suas vivências. Muitos a

²⁶Caetana do Amaral Braga. Entrevista realizada em 1992/1993. Publicada em: MAGALHÃES, Nancy Alessio e SINOTI, Marta Litwinczyk(org). **Memórias e direitos: moradas e abrigos em Brasília**. Brasília: NECOIM, 2001. p.29.

viram como o lugar que ofereceria oportunidades de emprego e moradia, que elas não possuíam, outros a fuga da seca e melhores condições de vida. Para todos, a cidade era símbolo de uma prosperidade que poderia ser alcançada.

A partir da visualização de melhores condições de vida, inúmeros brasileiros de diferentes realidades, como os do Estado de Minas Gerais, foram impulsionados a deixarem sua terra com o intuito de ajudar a construir a cidade que mudaria a fisionomia do país.

É possível perceber a partir daquele momento, a construção de um imaginário no qual, Juscelino, e a nova capital, tornam-se mitos²⁷. JK, através de seus discursos, e da propaganda governamental, é apresentado como o “salvador da pátria”, o “grande herói”, não somente por implantar o Plano de Metas, que direcionaria o crescimento do país, mas também por tornar-se o “grande empreendedor”, aquele que decidiu transferir a capital federal para o Centro-Oeste, proporcionando a “irradiação” do desenvolvimento para todas as regiões brasileiras.

Dona Caetana, nascida em Brasópolis, Sul de Minas, ao recordar o motivo que a levou para Brasília, comenta o que Juscelino representa para ela. É possível perceber como, de certa forma, ela, como outras pessoas, incorporou o discurso oficial, o reelaborou, construindo também outros significados:

“ Tiradentes pra mim, representa a coisa mais bonita do mundo! Não é por causa do mineiro não. É por causa da coragem que ele teve, da força da vontade dele, daquela coisa, daquela garra que ele tinha, pelo Brasil, pela Independência. Pra mim, acho, que Juscelino foi um dos melhores... Talvez venha mais presidentes por aí, mas talvez foi o melhor que eu gostei até agora, foi o Juscelino. Apesar que todo mundo, morando aqui em Brasília, chegando pra cá aquele pessoal do Rio, falava dele, que ele ia roubar, que ele tava roubando, que ele tava fazendo isso, ele não fez! Ele fez uma cidade, uma coisa mais bonita do mundo, que eu acho, na minha opinião. A Brasília é a coisa mais bonita pra mim, porque eu vi nascer. Eu vi sair da terra,

²⁷De acordo com a leitura de GIRARDET, Raoul. “O Salvador”. In: **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Esse processo de heroificação, de construção mítica ocorreu por ambos terem sido considerados como solução, uma resposta as expectativas criadas sobre a mudança e crescimento do país. “Em torno deles cristalizam-se poderosos impulsos de emoção, de espera, de esperança e de adesão.” p.70

*o Congresso, essas coisas tudo eu vi. Morei no Palácio da Alvorada, eu vi sair aquilo da terra, fazer aquelas maravilhas todas que tem. Eu acho isso... lindo demais!”*²⁸

Alguns elementos da fala da Dona Caetana nos mostram uma incorporação do discurso oficial, como o que ligava o ideário mudancista a marcos da história brasileira, com o objetivo de se construir um consenso. Esses marcos foram analisados por Moreira, no seu livro, quando a autora procura o significado da relação entre a mudança da capital e determinados “fatos” da história do Brasil: o processo emancipacionista, o ideário republicano, a Revolução de 1930 e a fase de democratização do País. Nessa relação, a nova capital passou a figurar como um velho sonho nacional.²⁹ Percebemos que a relação da mudança da capital aos grandes marcos criou significados para determinadas pessoas, como para Dona Caetana, que a partir de uma reelaboração passou a comparar a figura do presidente Juscelino Kubistcheck com o inconfidente Tiradentes.

Brasília, antes e durante o período de sua construção, também configurou-se como um mito, por cristalizar sentimentos, emoções. Tornou-se o símbolo de um Brasil novo, onde as contradições sociais não seriam tão evidentes. Por gerar nas pessoas o sentimento de que seria uma cidade diferente, mais igualitária, a nova capital passou a representar, para algumas, o símbolo de ruptura com uma época de crises e o início de uma nova era de prosperidade e progresso. Nela, os trabalhadores poderiam construir seus territórios.

Embora, nas falas dos depoentes, não tenha observado afirmativas que indiquem que Brasília “não cumpriu o seu papel”, ao relatarem a luta que travaram para terem seus direitos concretizados, como a moradia, eles trazem à tona suas experiências e, ao relatá-las, percebemos que indiretamente falam o que Brasília não foi:

²⁸ Caetana do Amaral Braga. Entrevista realizada em 1992/1993. Publicada em: MAGALHÃES, Nancy Alessio e SINOTI, Marta Litwinczik.(org). Op. cit., p.30.

²⁹ MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins (1956-1961)**. Vitória:EDUFES,1998. 57-60.

“Aqui na Rabelo o povo brigava com os meus filhos e eu entrava no meio. E meu marido abaixava a cabeça pra todo mundo e eu nunca abaixei. Eles mandavam meu marido embora, vocês podem ver que nas duas carteiras de trabalho dele como está: sete vezes ele entrou na Rabelo, sete vezes ele saiu. O meu marido era honesto e aqui tinha uma ladroeira muito grande. Então, meu marido via as coisas e eles pensavam que ele ia contar e botavam o meu marido pra fora.”³⁰

Suas recordações nos mostram que o canteiro de obras não foi somente um espaço de construção de prédios, mas um espaço onde eles criaram vários vínculos de amizade, construíram solidariedades, dividiram sonhos nos alojamentos, que atualmente são suas moradias, como também enfrentaram conflitos e tensões. Viveram muitas experiências de confraternização, socialização, viram os filhos nascerem, crescerem, criaram associações, lutaram por seus direitos.

Estes sujeitos, que nos revelam suas experiências, são pessoas que deixaram sua região de origem para irem trabalhar nos canteiros de obras em busca de melhores condições de vida, moradia, emprego, entre outros motivos. Seu Maia descreve assim sua chegada na região, em 1958:

“Como meu irmão transportava os trabalhadores num caminhãozinho, ele mesmo nos orientou que nós viéssemos pro Paranoá, porque no Paranoá ia construir uma usina, uma barragem. Tinha serviço pra muito tempo, tava precisando de muito trabalhador. No outro dia mesmo ele já nos trouxe pro Paranoá, já jogou nos lá na mina: “Agora cês se vira.” E no próprio caminhão, nós estendíamos uma lonazinha assim de lado, à noite, enquanto eu fui construir aquele barraco de papel, de saco de cimento, de sacos vários. Foi o primeiro barraco construído em Brasília, lá no Paranoá, naquele local da mina, onde está seu Severino, que tá resistindo lá com a chácara.”³¹

Os trabalhadores enfrentaram, ao chegar no canteiro de obras, várias situações, desde falta de lugar apropriado para acomodação, de alimentação adequada e longas jornadas de

³⁰ Cactana do Amaral Braga. Entrevista realizada em 1992/1993. Publicada em: MAGALHÃES, Nancy Alessio e SINOTI, Marta Litwinczik (org). Op. cit., p.30.

³¹ Nelito Vieira Maria (“Seu Maia”). Entrevista realizada em 1997. Ibidem., p.14.

trabalho, e aos poucos foram estabelecendo várias formas de resistência, de luta, de sobrevivência, de relacionamentos .

Se para JK, mesmo antes de existir, Brasília possuía seus traçados e suas funções bem definidas, para o senhor Gabriel Balbino Nogueira, que foi para Brasília no ano de 1955, trabalhou inicialmente como servente, depois como apontador por ser alfabetizado, a primeira visão do lugar onde seria construída a nova capital lhe trouxe inúmeros questionamentos:

“Pegamos o avião no aeroporto da Pampulha, descemos em Anápolis, ficamos um bocado de dias em Anápolis. De Anápolis pra cá gastamos 12 horas de viagem. Não tinha estradas aqui em Brasília . Aqui em Brasília não tinha nada. Só tinha ema, lobo, mutum, cobra. Só existia o cerrado e o céu; o céu azul e mais nada! Eu ficava parado pensando: como vai ser essa cidade? Como vão ser as ruas? Como vai ser? De onde vai vir a iluminação, o encanamento de água, enfim? Essa cidade vai ser igual ao Rio, a Belo Horizonte?”³²

Na fala do senhor Balbino é possível perceber como essa experiência de ter vindo para o início da nova capital foi única. Tantas indagações sobre aquele espaço onde até então se via somente mato e animais. O pensamento do que estaria por vir e acontecer se lhe configurava como algo extraordinário. Até mesmo o ato de pensar que JK transformaria um cerrado em cidade planejada cria nele ao mesmo tempo uma expectativa, mas também uma crença, que o país poderia mudar.

A nova capital de certa forma absorveu este valor por surgir do nada. O processo de construção teve início. A devastação do cerrado trouxe uma nova paisagem: um único espaço passa a ser dividido entre engenheiros, mestre de obras, pedreiros, carpinteiros, apontadores, etc.

³² Gabriel Balbino Nogueira. Entrevista realizada em 1992/1993. Ibidem., p. 12.

Este cotidiano de esbarrar, conversar, trabalhar todos juntos, fazia com que alguns trabalhadores pudessem idealizar a possibilidade de um espaço urbano onde não haveria diferenças sociais entre aqueles que ali trabalhavam e a acreditar que Brasília realmente seria uma cidade mais igualitária, como apregoavam Oscar Niemayer e Lúcio Costa. Porém, a partir das edificações de alguns ministérios isso foi gradativamente desaparecendo e as funções, os serviços, foram se definindo e apresentando o real contexto vivenciado por eles. As diferenças sociais tornavam-se visíveis.

Cada dia era uma contagem regressiva, as obras deveriam ser concluídas no prazo estipulado. Chegavam pessoas de várias regiões a todo momento. Elas eram fichadas e encaminhadas para as obras. O ritmo de trabalho era muito intenso, constituído por longas jornadas de trabalho. Alguns trabalhadores chegavam a trabalhar a semana inteira direto, sem horas de descanso.

Os locais de construção eram desprovidos de equipamentos de segurança, tornando comum os acidentes de trabalho e, até mesmo, a convivência com a morte. Era comum alguém morrer, e não se tomar nenhuma providência que garantisse segurança para estes trabalhadores, e, aos poucos, eles foram banalizando a injustiça social vivida.

O senhor Balbino se recorda do que via acontecer nas construções:

“Eles tinham que andar em cima das vigotas de ferro. Quando a sirene tocava, inclusive, é que tinha caído um. Toda hora que a sirene tocava, a não ser na hora do almoço, ou no término do trabalho, ou pra pegar no serviço, é que tinha caído um, Caiu muita gente ai, morreu muita gente. O negócio era acelerado, não tinha outro jeito. Tinha que ser acelerado devido à época mesmo. Até não vou dizer que as firmas não estavam certas, o negócio que era a época mesmo. Não era igual agora, que tem segurança, o negócio era assim no chute! Pra dizer a verdade, eu como apontador, eu cheguei a usar Preventim, pra aguentar dia e noite trabalhando. Na Rodoviária, tinha gente que pegava tarefa de 100 horas e fazia a tarefa num dia!”³³

³³Gabriel Balbino Nogueira. Entrevista realizada em 1992/1993. Ibidem., p.13.

A fala do senhor Balbino traz recordações sobre as condições de trabalho. Ao mesmo tempo, sua fala apresenta uma certa aceitação da situação, justificada no ritmo de construção acelerado, que transformava a morte em um fato comum. É possível observar também que havia um tipo de sentimento que dava significado a tanta dedicação, marcada por tantas horas de trabalho em condições adversas. O que impulsionava esses trabalhadores para atitudes como esta?

Os canteiros de obras não foram apenas os locais das longas jornadas de trabalho como já foi dito. Eles se transformaram no espaço onde as experiências cotidianas iam sendo vivenciadas, porque afinal ali era o local da vida. A descrição que seu Maia faz do que foi viver nos alojamentos das empreiteiras nos fornece indícios pra recompormos a imagem que esse trabalhador possui sobre os primeiros tempos na região:

“Cada uma daquelas companhias, empreiteiras, se ela tinha, vamos supor, um contrato de construir alguma coisa, então é lógico que para ela adquirir o operário, ela tinha que ter o agasalho, o abrigo para ter os operários. Então, as companhias faziam os alojamentos e entregavam pras famílias, uns que eram dedicados a família e outros dedicados para os operários solteiros, que comiam nas cantinas e dormiam nos alojamentos. Agora, eles falam alojamento das famílias, porque era um barracão grande, mas dividido para cada família. O telhado era um só. Mas havia a divisão de família, em paredes também. Depois a Vila foi aumentada, aí passou a conviver muitas pessoas que não era funcionário das empresas, eles, por si só, faziam suas próprias moradias, já era independente. Algum era gato, pregava empreitinha pequena, vivia de alguns trabalhos, que não era contratado de empresa nenhuma. Então, era por isso que existia muitas moradas até mesmo de tábua, barraco, eles conseguia fazer.”³⁴

Nesses espaços, os trabalhadores construíram também sua socialização. Dentre muitos, o refeitório talvez condense, nas poucas horas de convivência, as relações que estabeleceram entre si.

³⁴ Nclito Vieira Maria (“Seu Maia”). Entrevista realizada em 1997. Ibidem., p. 15.



Refeitório em canteiro de obras do IAPB(Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários).³⁵

Observamos, na foto, que alguns homens sentados à direita, embora estejam muito concentrados na comida, conversam com seus colegas, e até mesmo na fila, vista ao fundo da fotografia, vários trabalhadores enquanto aguardam sua entrada no refeitório estão conversando. Esses refeitórios eram comuns nos canteiros das principais construtoras como a Rabelo, a Pacheco Fernandes e outras. Nem todos comiam nesses locais. Devido a pressa na conclusão das obras, a comida era, muitas vezes, levada para os locais das construções

A comida era de péssima qualidade, quando não estava perdida, continha insetos, como baratas e mosquitos. E estes, que eram encontrados nas comidas, também rondavam os dormitórios.

A insatisfação com as condições de vida e alimentação tornou-se expressiva, levando vários trabalhadores a reivindicarem melhorias. Toda a manifestação foi punida com a atuação da GEB, que contribuiu para o sangrento massacre da Construtora Pacheco

³⁵FONTENELLE, Mário. Refeitório em canteiro de obras do IAPB. 1958. 14 cm x 9cm. Arquivo Publico do Distrito Federal.

Fernandes em 08 de fevereiro de 1959. O número de mortos nunca foi revelado com precisão. O acontecimento foi camuflado e controlado para que nada fosse divulgado na mídia e na imprensa. A repercussão do fato traria inúmeros questionamentos, críticas a respeito da construção que se erguia a todo vapor.

Os inúmeros trabalhadores não possuíam horas de descanso e muito menos espaços de lazer. O policiamento era intenso para que os homens estivessem totalmente voltados ao ritmo acelerado do trabalho. Bebidas alcoólicas e jogos eram proibidos.

Dentre tantas restrições e proibições, os trabalhadores não podiam levar suas esposas para os canteiros de obras. Foi diante desta proibição que surgiram as casas de prostituição, as quais trouxeram para os canteiros um problema novo: as doenças sexualmente transmissíveis.

O objetivo de que os homens estivessem totalmente voltados ao trabalho aos poucos foi se perdendo. As regras passaram a não serem seguidas, a NOVACAP e as construtoras não conseguiram manter os registros de todos que chegavam. Com o tempo, vários trabalhadores traziam suas esposas e outros saíam dos canteiros para irem buscá-las. Isso quando elas não se cansavam de tanto esperar notícias.

O canteiro de obras, mediante o ritmo de construção, configurou-se como um espaço de desorganização, sem nenhuma estrutura para receber os trabalhadores novos. Caminhões chegavam cheios de pessoas, as quais não tinham nenhuma certeza de onde morariam. Na verdade, se as pessoas tivessem empregadas em determinada construtora elas tinham provisoriamente um lugar para “acomodar-se”, caso contrário, eram obrigadas a ficarem no relento, ou construírem suas “casas” debaixo de árvores com sacos de papel.

Foram várias as situações vividas que, de certa forma, foram “ensinando” alguns sujeitos sociais a sobreviverem e a buscarem alternativas para enfrentarem determinados obstáculos. Vários trabalhadores como o senhor Balbino, depois de dedicarem anos de sua

vida à construção da cidade, demonstram nos seus relatos uma certa angústia por Brasília não ter um lugar reservado à quem a construiu:

“Parece que a idéia de Brasília não foi pra tanta gente assim. Foi forçado a ter cidade satélite porque o Plano Piloto não foi feito pra operários. Operários só morou em acampamentos. Naquela época, engenheiros, operários de um modo geral, tudo era uma coisa só. Tudo era uma peça dessa grande engrenagem da construção de Brasília. Quer dizer, sem uma peça dessas não funcionava. Acho justo que fosse preservada a memória dos pequenos também. Porque só pegam por cima, não tem sentido. Eles podiam muito bem, em memória do esforço que nós tivemos, do sacrifício que nós fizemos aqui, nos dar a casinha pronta. Porque todo mundo que está aqui veio depois que nós amassamos o barro. Eu sou testemunha ocular da história de tudo que aconteceu em Brasília, porque eu tive oportunidade de registrar com a minha presença.”³⁶

Na fala do senhor Balbino, destacamos inúmeras realidades, percebidas após a inauguração de Brasília. Entre elas, a dura constatação de que aquela cidade do futuro não tinha sido projetada com lugares específicos à centenas de trabalhadores que para lá se dirigiram. A constatação que os apartamentos construídos eram para moradores que vinham, com uma certa resistência, do Rio de Janeiro. E às pessoas, como o senhor Balbino, restaram apenas os acampamentos e a condição de exclusão do Plano Piloto.

Se, no início, ele imaginava que todos pudessem ser tratados como iguais e que cada um era uma peça importante para a construção, com a inauguração essa perspectiva se esvaiu. Brasília, com seus prédios e ministérios erguidos, lhe apresentou uma realidade muito amarga: a expressiva diferença social. Os funcionários públicos, que até então resistiam em mudar para a nova capital, tinham seu lugar garantido, assim como outros funcionários do setor administrativo. Porém, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, entre outros, não tinham a vaga noção de onde iriam morar. Na perspectiva oficial eles deveriam retornar aos seus locais de origem. Sentindo-se “parceiros” da obra monumental, eles teimaram em ficar.

³⁶Gabriel Balbino Nogueira. Entrevista realizada em 1992/1993. Publicada em MAGALHÃES, Nancy Alessio e SINOTI, Marta Litwinczik (org). Op. cit., p. 13.

Muitos iniciaram a construção de seus barracos nas proximidades de setores administrativos ou construíram casas de lonas, de madeira, papelão que geraram um grande contraste na paisagem da “cidade do futuro”.

No dia 21 de abril de 1960, ao som de bandas de músicas, fogos de artifício e muitos discursos, Brasília foi inaugurada. Para muitos brasileiros, e principalmente para os trabalhadores da construção da nova capital, aquele momento era de orgulho, felicidade e esperança de que tudo seria diferente.

JK reconheceu em um dos seus discursos, proferidos na inauguração, como foi fundamental a presença dos trabalhadores para a construção de Brasília:

“Brasília só pode estar aí, como a vemos, e já deixando de entender o que será amanhã, porque a fé em Deus e no Brasil nos sustentou a todos nós, a esta família aqui reunida, a vós todos, candangos, a que me orgulho de pertencer.”— Declarei e prossegui: “Viestes, alguns de Minas Gerais, outros de Estados limitrofes, a maioria do Nordeste. Caminhastes de qualquer maneira até aqui, por estradas largas e ásperas, porque ouvistes, de longe a mensagem de Brasília; porque vos contaram que uma estrela nova iria acrescentar-se às outras vinte e uma da Bandeira da Pátria. Reconheço e proclamo, neste momento, que sois a expressão da força propulsora do Brasil. Tinheis fome e sede de trabalho num país em que quase tudo esta e está ainda por fazer.(...) (...) Ninguém vos subtrairá a glória de terdes lutado nesta tremenda batalha.(...) Não vos esqueceria jamais, trabalhadores brasileiros de todas as categorias, a quem me sinto indissoluvelmente ligado. Eis o produto de nossas angústias, de nossos riscos e do suor de nossas lidas, eis a cidade que o extraordinário Lúcio Costa disse já nascer adulta.”³⁷

Para os inúmeros trabalhadores, que saíram de suas regiões de origem em busca de prosperidade na nova capital, somente o reconhecimento como força propulsora na construção da nova capital não bastava. Esperavam muito mais.

Brasília, como foi proferida em outro discurso de JK, realmente não era um “amontoadado de esqueletos de cimento armado”. Mas também não se tinha apenas uma

³⁷ KUBISTCHEK, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch Editora, 1975. p238.

“Brasília”. A cidade a que Juscelino se referia foi aquela edificada para os funcionários públicos que seriam transferidos. Para essas pessoas esta cidade estava realmente pronta.

As outras cidades que foram construídas, ou melhor idealizadas, naquele espaço estavam para ser erguidas. Aquela cidade igualitária, de traços e formas futuristas que mudaria o país, e a cidade motivo de sonhos, que seria sinônimo de melhores condições de vida aos inúmeros mineiros, cearenses, pernambucanos, baianos, goianos, etc. ainda não estava edificada.

A fase que muitos acreditaram que seria de dias melhores, configurou-se como uma nova era de lutas para pertencer à cidade. Uma luta por um espaço. É possível perceber, nas falas dos depoentes que não possuíam (ou ainda não possuem) uma residência e que tentam ainda permanecer em determinado lugar dentro ou fora das cidade satélites, que a casa tornou-se o objeto de sonhos.

A retirada de várias pessoas dos seus barracos, localizados nas proximidades do setor das embaixadas, por exemplo, porque “enfeavam” ou não condiziam com a paisagem de Brasília, que era uma cidade planejada, uma cidade do futuro, legou, a estas, a necessidade de morar debaixo de pontes e viadutos ou buscar construir um barraco em setores mais distantes.

Na verdade, a permanência daqueles barracos nos setores visitados e frequentados pelas autoridades denunciava a real falta de planejamento da cidade. A condição de miséria daqueles sujeitos expressava o que Brasília realmente era: uma cidade como outra qualquer. Com uma diferença, o gasto vultoso com a obra que não exerceria sua função. A imagem da cidade-eldorado foi utilizada e referenciada nos discursos de JK, como justificativa para que a construção fosse edificada.

A partir dos relatos, temos uma versão do que aconteceu com aqueles moradores que foram retirados do local. A senhora Efigênia Fernandes Dias, moradora da Vila Planalto,

relata que, no ano de 1978/1979, a TERRACAP(Companhia Imobiliária de Brasília) retirou moradores do setor das embaixadas, por suas residências não estarem de acordo com a paisagem:

“ Ai eles jogaram a gente ali, as pessoas mais pobres, na rua Nova, no acampamento DFL, Departamento de Força e Luz, hoje CEB, dentro da Vila Planalto. Inclusive você vê que lá, na Rua Nova, era tudo geminado. Eles mediram de qualquer jeito, uns três metros pra cada e colocaram em uns becos — era mesmo — em que um aproveitava a parede do outro.(...) Nós morávamos na ponta cá de baixo. Tinha aquela fileira de casa, todo mundo não tinha jeito de furar fossa, porque era muito estreitinho o terreno, não tinha jeito de entrar um caminhão pra esvaziar nem nada, as pessoas iam jogando esgoto, pelo fundo, ia descendo .Então, a gente recebia a carga de esgoto da rua inteira. Era uma loucura, um mal cheiro, mosquito, tudo! A gente plantava horta: couve, chuchu, cebola. Quando chovia um pouquinho, acabava com tudo, porque o esgoto vinha em grande quantidade, era horrível! E tudo naquele pedacinho, não podia aumentar um metro! Com toda honestidade, que tinha dinheiro saía mesmo, ia pagar aluguel fora, ia ter uma vida, não é mesmo? Como é que cê vai ter uma vida numa condição de miséria? Só quando não tem jeito, não tem alternativa, vai fazer o que? Mas aí, também, fez com que a gente começasse a organizar.”³⁸

Todas as dificuldades, privações, condições precárias de moradia, que os trabalhadores enfrentaram nos anos posteriores à inauguração, os faz questionar a situação de sobrevivência e a criar formas para contornar ou dar solução à determinadas situações.

A falta de infra-estrutura no local onde residiam os levaram a tomar uma decisão de fazer algo que mudasse o contexto vivido. No caso, a inexistência de atenção dos setores públicos, para a situação vivida por muitos, criou a motivação para que fossem criadas associações de bairro, nas quais, a partir de discussões sobre os problemas enfrentados, eles pressionaram os setores responsáveis para que suas necessidades básicas (abastecimento de água, de luz, esgoto entre outros) fossem supridas.

³⁸Efigênia Fernandes Dias. Entrevista realizada em 1993. Publicada em: MAGALHÃES, Nancy Alessio e SINOTI, Marta Litwinczik(org).Op. cit., p.53.

Segundo as falas, estas associações tiveram uma atuação fraca, mas existiam desde a inauguração da cidade, quando as casas começaram a ser destruídas, deixando várias pessoas desabrigadas. Mas, gradativamente outras necessidades e outros contextos foram se definindo.³⁹

Para vários trabalhadores mineiros, os papéis de pioneiros, de construtores, de candangos, de moradores da Vila Planalto, Vila Paranoá e demais cidades satélites, oferecem elementos para a construção de sua identidade dentro deste espaço chamado Brasília. Uma identidade que também é de luta, de resistência, de contradições e conflitos.

Para eles, Brasília ao mesmo tempo que se define como um espaço de luta pela sobrevivência, também é um lugar que une várias realidades em busca de um objetivo: melhores condições de vida. Ela se define como um espaço que abriga um número significativo e distinto de vivências.

Brasília, que depois de tantos anos de experiências distintas, tornou-se um lugar de identidade para vários que lutaram para terem seu espaço, configura-se também como um espaço de sonhos realizados e ainda por realizar. É o que é possível perceber nas falas das senhoras Lourdes e Efigênia. Mesmo tendo vivências tão distintas, possuem um vínculo forte com Brasília:

“ (...)

Eu tive vários momentos bonitos e interessantes. O primeiro é ver as pessoas que não saber ler e escrever sair daquela cegueira e entrar nesse mundo das letras, quando eu começo a fazer esse trabalho de alfabetização com as mulheres. O outro é quando a gente consegue a Quadra 2, a fixação dos moradores antigos. O terceiro acho que foi o nascimento do meu filho. Eu saí de Minas, de uma casa. Ai você imagina o choque que é vir pra um barraco de madeira, todo cheio de buracos. Então, eu sonhava muito em ter uma casa com água, com água, com chuveiro pra eu poder tomar um banho de 20,25 minutos, dos pés à cabeça. Vocês talvez possam não entender isso, mas a

³⁹Parte dos problemas sociais vividos na cidade pode ser visto no documentário “Contrerrâneos Velhos de Guerra”, referido no capítulo I.

gente que vivia aquele momento, de ter água de lata, tomando banho de latinha, é que entende o que é ter um chuveiro em casa.(...) ⁴⁰
“(...)”

Eu adoro Brasília. Eu cheguei aqui muito pequena, não é? Fiquei moça aqui, estudei aqui, não quero sair daqui, quero ser enterrada aqui. Eu gosto de Minas pra passear, tenho parentes, mas morar é Brasília. Eu adoro isso aqui, principalmente Vila Planalto, não quero sair daqui nunca! Quero morar nessa casa até morrer!”⁴¹ (grifo nosso).

As inúmeras dificuldades enfrentadas por estes trabalhadores fazem de sua permanência em suas atuais moradias símbolo de uma vitória na “luta” que travaram, pós inauguração, para pertencerem a cidade. Para muitos, embora Brasília, seja o lugar de muitas experiências difíceis, ela também simboliza um período de otimismo.

⁴⁰Lourdes Pereira dos Santos. Entrevista realizada em 1993. Publicada em: MAGALHÃES, Nancy Alessio e SINOTI, Marta Litwinczik(org).Op. cit.,p.47.

⁴¹Efigênia Fernandes Dias . Ibidem., p.55.

CAPÍTULO III- REFLEXOS DA IMAGEM: BRASÍLIA NA IMPRENSA UBERLANDENSE



Homenagem a Brasília, abril/1960. Acervo ArPDF- Fundo. NOVACAP

A “capital da esperança” foi símbolo para construção de muitos sonhos e expectativas. Na esperança de dias melhores, inúmeros trabalhadores deixaram as diferentes regiões do território brasileiro na busca do canteiro de obras da nova capital. Para os que ficaram em suas regiões de origem, as representações sobre Brasília foram diversas, entre elas, a crença que a “capital do futuro” “irradiaria desenvolvimento” para as suas respectivas cidades.

Esta imagem de “polo de irradiação de crescimento”, disseminada pelo governo JK, levou várias pessoas a acreditarem que o Brasil não teria regiões privilegiadas. Juscelino, comenta a respeito da política de integração em seu livro de memórias:

*“O que buscava com aquela política, era reunir as diferentes unidade federativa, aproximá-las, fazê-las participara do progresso geral em situação de igualdade com os grandes estados. Não era possível que continuasse a existir um Nordeste que passasse forme ao lado de um São Paulo, que era exemplo de riqueza. Teria que deslocar o eixo do país, recuando o meridiano das decisões nacionais para Oeste, de forma situá-lo no centro geográfico do território.”*⁴²

Configurando-se como o elo de integração, a partir dos discursos, Brasília foi idealizada como capaz de proporcionar de maneira igualitária o desenvolvimento. Se a nova capital transformou-se em símbolo de mudança para várias pessoas que residiam em diversas regiões brasileiras, na cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, essa representação também foi significativa.

Uberlândia havia sido cogitada para sediar a nova capital federal.⁴³ É possível perceber a partir de pesquisa nos artigos de jornais deste período, como a imprensa trabalhou com a

⁴²KUBITSCHEK, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch Editora, 1975,p.111.

⁴³ Em 1946, quando ocorria a elaboração da Constituição para o período da “redemocratização” do país, o Presidente General Eurico Gaspar Dutra nomeou uma comissão de estudos para a localização da nova capital. A comissão anunciou dois nomes: Triângulo Mineiro e o Planalto Central.

visão de Uberlândia como metrópole, a cidade dotada das condições essenciais para uma capital federal.

É a partir do discurso da imprensa local, ou seja, dos jornais **Correio de Uberlândia** e **O Repórter**, no período de 1956-1970, disponíveis no Arquivo Público Municipal de Uberlândia, e das revistas **Uberlândia Ilustrada**, que busco compreender os diversos significados que foram criados sobre a nova capital após a região do Triângulo Mineiro ter sido citada como propenso local para a nova capital, e a mudança do discurso pós definição do Planalto Central como área ideal, assim como no período da construção e após a inauguração.

Entender também como essa representação da capital federal como modernidade foi absorvida e reelaborada pela imprensa local, que buscou transmitir para a população de Uberlândia o ideal de busca pelo progresso.

Quando a cidade foi cogitada pela Comissão para ser a nova capital, a linguagem de otimismo tornou-se expressiva no discurso da imprensa, que passou a publicar críticas ao pensamento de vários parlamentares contrários à idéia de situar a nova capital na região central do país:

“ Já tivemos oportunidade de asseverar aqui que nenhuma consideração até hoje articulada a respeito do problema em apreço pode sequer abalar os conceitos que militam em favor de Uberlândia para a finalidade que temos em vista. Ao contrário, quanto mais se procuram pôr em destaque as vantagens de outros lugares mais ressaltam a consciência de quem examinar a questão os atributos que a nossa cidade oferece.(...) Enquanto o Planalto Goiano ficou abandonado, Uberlândia contando os mesmos requisitos, desenvolveu-se material, econômica e — forçando o emprego de um advérbio — quase diríamos geograficamente. Dispõe dos mesmos, e talvez de maiores recursos de ordem natural, e dispõe dos fatores de progresso dependente da ação do homem. Está em perfeitas condições de receber, mediante ligeiros preparativos, a herança que a velha cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.(...)”⁴⁴

⁴⁴ “Com relação a mudança da Capital”. **Uberlândia Ilustrada**, Uberlândia, n. 12, p. 17, Jul. 1946.

O artigo ao enumerar os atrativos da cidade de Uberlândia, de certa forma, “justifica” os porquês da nova capital ser sediada aqui, uma vez que a região do Planalto Central encontrava-se em “abandono”, uma mata selvagem, cheia de animais, um espaço que deveria ser ainda “desbravado”. Desta forma, ao trabalhar com a comparação entre opostos, o discurso da imprensa cumpre o papel de enaltecer a cidade enquanto progresso.

Porém, quando foi dada a preferência à região do Planalto Central, percebemos uma reelaboração do discurso da imprensa local, dando apoio à política desenvolvimentista, mas agora justificando a escolha da região como “o centro de mais fácil irradiação econômica”:

“(...) Por uma feliz coincidência geográfica, o Planalto Central Brasileiro está situado no Estado de Goiás, numa zona que corresponde ao centro de mais fácil irradiação econômica para as mais diferentes latitudes do território nacional.”⁴⁵

(...)

Dizem os observadores, bem como os técnicos no assunto, que a região preferida foi a que oferecia condições mais viáveis e mais objetivas, para a construção de uma cidade, com a devida possibilidade de acolher o governo federal com o seu imenso cortêjo, eis que o planejamento prevê uma população de 500 mil habitantes.

Por outro lado, adiantam, ali são existentes facilidades, no que tange ao abastecimento d’água e ao potencial hidroelétrico, além da excelente configuração do terreno, salubridade do clima e outros fatores necessários a construção de uma metrópole.(...)”⁴⁶

Essa fala mostra um deslocamento dos elementos priorizados: de uma cidade analisada a partir do presente, onde as condições infra-estruturais existentes era adequadas a uma futura capital, desloca-se a análise para o futuro ao destacar em tese “as condições” “para a construção de uma cidade”.

O discurso da imprensa, que até então afirmava que Uberlândia possuía as condições essenciais para sediar a nova capital e o Planalto Central era um local “abandonado”, “distante” “com tudo ainda por fazer”, é reformulado destacando as várias facilidades que esta última região oferecia.

⁴⁵ CURADO, Leonan. “Interiorização da Capital do País”. *Correio de Uberlândia*, 03 jun. 1950, p. 1.

⁴⁶ “Oficializada a escolha do local em Goiás, para o novo Distrito Federal — A Cachoeira Dourada fará o abastecimento de energia elétrica.” *O Repórter*, Uberlândia, 14 set. 1955, p. 1

Em vários artigos dos jornais é possível perceber uma tentativa de inserir a cidade no plano de modernidade de Brasília, ou seja, Uberlândia deveria progredir, se desenvolver. E é com base neste discurso que a imprensa passa a apoiar a construção da nova capital que passou a configurar como símbolo da prosperidade da região. Enquanto no Rio de Janeiro, vários parlamentares eram contra a transferência da capital, a imprensa de Uberlândia divulgou uma campanha a favor de Brasília.

A campanha foi expressiva e inúmeros artigos defendiam a construção e a mudança, a qual passou a representar por si só, a possibilidade de resolver a crise que o país atravessava, simbolizando também, a emancipação econômica, e a abertura de novos horizontes:

“(...) A capital transportada para o interior constitui providência de incalculável alcance político, social e econômico, capaz de por si só determinar a mudança fundamental na fisionomia do País, ao trazer para o Oeste a civilização litorânea e proporcionando ao governantes perspectivas mais realista dos problemas nacionais.”⁴⁷ (grifo nosso).

Algumas reportagens que criticavam a construção eram publicadas esporadicamente. Dentre elas algumas questionavam se o país estava preparado para os altos custos de Brasília, ou até onde iriam a insanidade de JK. Criticavam também a atitude e a pressa do presidente em construir a nova capital “transportando tijolos em aviões”, abordavam sobre o alto custo de vida presenciado no período, e também questionavam sobre o que seria do país após a construção da nova capital:

“(...) Enquanto isso, noventa por cento das disponibilidades creditícias do país são absorvidas pelos chamados investimentos governamentais, ressaltando Brasília como o mais voraz, o inadiável, a meta insubstituível do presidente da República.

Firmas imobiliárias fecham continuamente, no Distrito Federal. Falências e concordatas vão na esteira dos títulos protestados em São Paulo. A lavoura e a pecuária, à mingua de crédito, arreham, o feijão desaparece do mercado, a batatinha está prestes a sumir, o arroz começa a desaparecer e a carne entra em regime de racionamento. A situação é de alarme, em todos os meios econômicos

⁴⁷ “O comércio e Brasília” **O Repórter**, Uberlândia, 31 out. 1958, p.3.

e bancários. Alongam-se as prestações no crediário e os trabalhadores estão reclamando um aumento imediato de cinquenta por cento no salário mínimo. O abono de trinta por cento concedido, a partir de janeiro, ao funcionalismo, já não atende ao crescimento das despesas domésticas.

(...)

O país ameaça parar, diante da intocabilidade de Brasília(...). Mas o presidente continua, de ouvidos moucos, olhos voltados para as profecias de Dom Bosco, jogando tudo na fortuna de Israel, disposto a promover a marcha batida para os altiplanos de Goiás, a qualquer custo.

(...) Difícil é prever o que restará depois de Brasília, para o futuro ocupante do Palácio da Alvorada, Jânio, Lott ou um demiurgo da terceira força. Talvez uma nação saqueada, um erário inflado de papéis, uma economia desorganizada, desafiando a paciência de um administrador e a argúcia de um político...⁴⁸

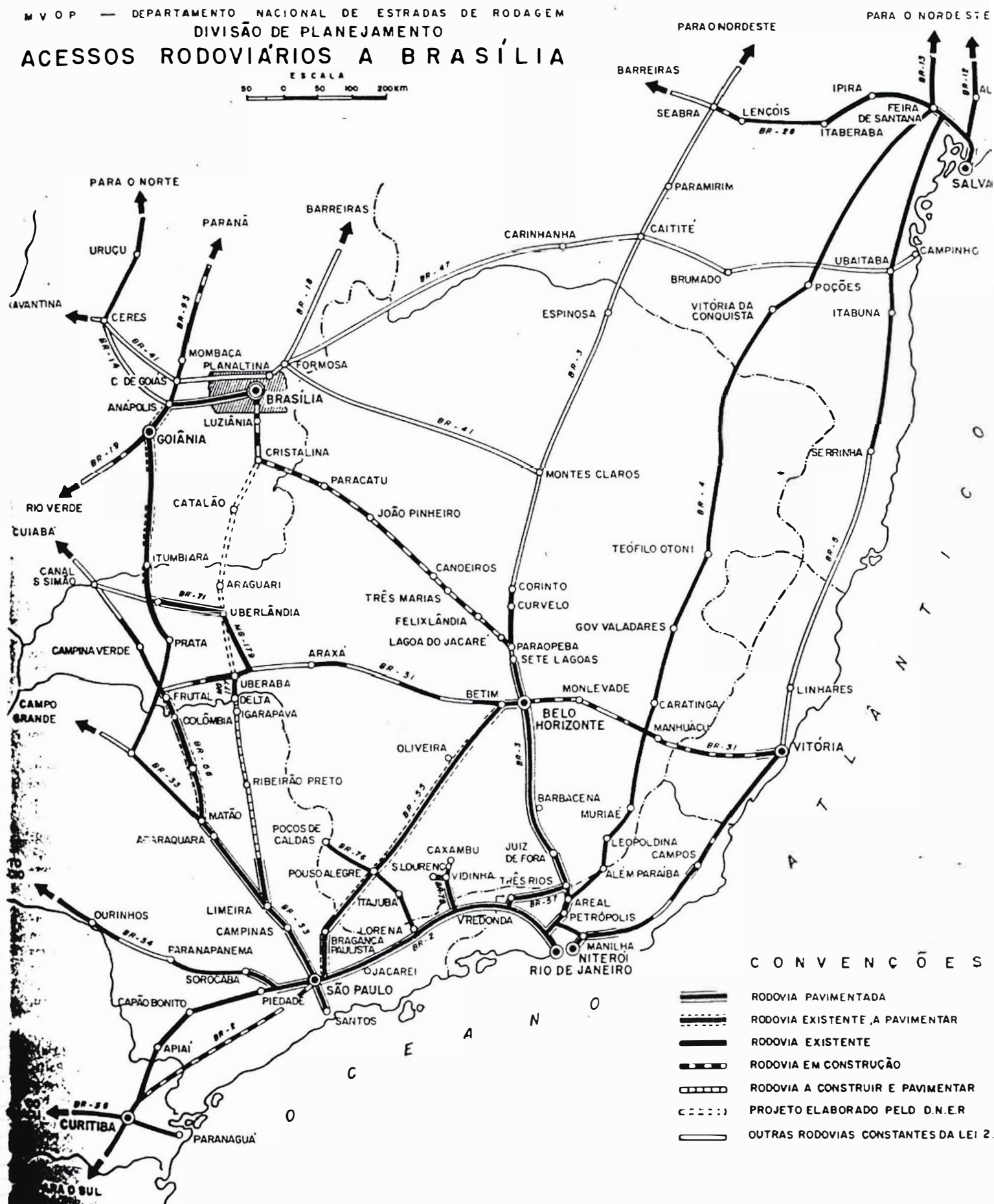
Embora a imprensa veiculasse algumas reportagens como a citada acima, é possível perceber um número significativo e frequente de artigos que divulgavam a inauguração de obras como hidrelétricas, centrais de abastecimento de água, colocando como provas de que Brasília antes de ser construída “irradiava progresso”. Até mesmo algumas inaugurações de hospitais, indústrias e comércios tornaram-se símbolo da prosperidade não só da região como no território brasileiro.

A nova capital, mesmo antes de ser concluída, significava benefícios para a região. Principalmente para o Triângulo Mineiro localizado onde seriam construídas as rodovias que ligavam Brasília a São Paulo e Santos. A construção e pavimentação de rodovias eram metas prioritárias no planejamento governamental. Inicialmente foram previstos 10.000 km de novas estradas e pavimentação de 3.000 km previstos que foi suplantada, demonstrando o sucesso alcançado nesse setor. O mapa a seguir mostra os acessos rodoviários a Brasília e a posição de Uberlândia na rota para São Paulo e Santos:

⁴⁸ CAMPOS, Queiroz. “Intocabilidade de Brasília”. *O Repórter*, 08 set. 1959, p. 3

M V O P — DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO
ACESSOS RODOVIÁRIOS A BRASÍLIA

ESCALA
50 0 50 100 200 km



* BRASIL. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Divisão de Planejamento. **Acessos Rodoviários a Brasília.** Brasília, 1958. Fonte: Publicado em: Revista Brasília Brasília: NOVACAP, vol. 2, nº 23, set/1958, p. 17.

A disseminação da ideologia desenvolvimentista não se restringiu aos artigos de jornais, fazendo parte também de inúmeras propagandas comerciais, que ao mesmo tempo que divulgavam determinados produtos ou serviços expressavam o apoio, a confiança no empreendimento da nova capital:

BRASILIA

BRASILIA

AOS BANDEIRANTES DO SÉCULO XX

a maior rede bancária particular de América do Sul

Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A

— AO SUPLENTE PRESIDENTE JK INTERPRETE NAS ASPIRAÇÕES DO POVO BRASILEIRO a mudança especial "de seu Banco".

— AOS ENGENHEIROS E OPERÁRIOS QUE CONSTRUÍRAM BRASILIA O NOSSO RESPEITO E ADMIRAÇÃO

— BRASILIA A MAIOR REALIZAÇÃO DO SÉCULO —

Agências de Uberlândia: —
Av. Afonso Pena, 157 e Agência Urbana n.º 282
Telefones: 2730 — 2600 — 3400 e 2344

BRASILIA

BRASILIA

É possível perceber que esta propaganda, ao utilizar a expressão “*aos bandeirantes do século XX,*” identifica a incorporação das “histórias de Brasília”. O próprio JK já havia estrategicamente relacionado a construção da nova capital aos fatos históricos, ou seja, aos novos desbravadores, descobridores do Brasil. O mesmo acontece na expressão “*interprete das aspirações do povo brasileiro*”, reafirmando o discurso juscelinista como um sonho acalentado desde o período do Brasil colônia, e também o mitificando como o grande empreendedor da construção e mudança da capital.

Após o ritmo acelerado das obras, o dia de inauguração da nova capital chegou. A imprensa local com uma linguagem de otimismo, anunciou em vários artigos de jornais: Brasília como a “alvorada de um Brasil novo e mais forte, capacitado a cumprir sua missão histórica”, “a virada de uma página da história do Brasil”, “o Brasil caminha com Brasília”, “aplausos à JK o grande empreendedor”.

Porém, nos meses posteriores à inauguração, é possível perceber reportagens questionando os custos da construção da nova capital, críticas sobre JK, e as frustrações das expectativas de um país próspero e moderno que não foram realizadas:

“O desenvolvimento econômico de um país subdesenvolvido, nasce evidentemente nas regiões privilegiadas, nas terras férteis, servidas por transportes rápidos, contornando os núcleos populosos de produção e expansão. Quase metade da população do Brasil, vive em condições precárias de subnutrição profunda, de analfabetismo e miséria.

(...)

Para resolver esse problema sério, perguntamos onde está a prosperidade das terras habitadas por indígenas, nos confins de Goiás, descobertas e decantadas pelo milagroso inventor das “metas” inflacionárias?

(...)

O invicto construtor de Brasília, foi iludido em sua difícil arrancada pelo falsos profetas, a Capital no Planalto não corresponde a expectativa. A ilusão de prosperidade não dá saltos, não faz milagres...

O povo vai conhecer e sentir o extremo efeito da mentalidade avançada do pioneiro improvisado em Diamantina. O tempo é o maior conselheiro. O custo de vida vai chegando rapidamente até

atingir a “meta da miséria”, a tal que infelizmente, não entrou na cachola, nas cogitações do “célebre”, “grande presidente” JK.”⁴⁹

Se a nova capital, antes e durante sua construção teve na imprensa uberlandense, uma imagem mais “positiva”, ou seja, de símbolo de prosperidade e modernidade, após a sua inauguração, essa mesma imagem passa a ser criticada. Artigos de jornais anunciam os índices de analfabetismo na cidade, abordam sobre os custos com as propagandas da nova capital, veiculam que a cidade ainda deve ser concluída, o problema da falta de moradias, entre outros.

A cidade que foi apresentada nos jornais como símbolo de “uma página virada na história do Brasil”, capaz de proporcionar desenvolvimento às diversas regiões brasileiras, passou a ser referida nos discursos da imprensa, como uma cidade com inúmeros problemas sociais à serem resolvidos.

Para Uberlândia, o que talvez tenha permanecido, é a insistência das elites políticas de retratar a história desta cidade a partir de sua “predestinação” para o progresso. Nessa construção, Uberlândia seria portadora do tributo da modernidade exatamente por que teria conseguido realizar seu crescimento econômico. A cidade industrial, inaugurada em 1965, demonstraria nesta perspectiva, a identidade dentre as aspirações das elites locais e o projeto desenvolvimentista de JK.

⁴⁹ NOGUEIRA, Vladimir. “Encarando o Futuro”. *Correio de Uberlândia*, 03 mai. 1960, p.4.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brasília foi admirada pelo seus traços e formas futurísticas, amada por simbolizar sonhos de melhores condições de vida, de representar o “elo de integração” entre as diferentes regiões brasileiras. Foi também criticada pelos altos custos de sua construção, por ser vista como uma atitude insana de JK, o símbolo do indigêntamento do país. Foram inúmeros os adjetivos que tentaram transmitir a imagem da nova capital no período de sua construção.

Porém após sua inauguração o sentimento de otimismo de um país próspero, deu lugar à frustração, ao desânimo, à decepção, não somente dos trabalhadores da construção da nova capital, que ficaram sem onde morar, e tiveram que lutar e resistir para conseguirem se fixar em Brasília, mas, também, para os inúmeros brasileiros que acreditaram que a nova capital “irradiaria desenvolvimento”.

No ano 2000, Brasília comemorou quarenta anos. O jornal **Correio Braziliense** criou uma página na internet com uma série de artigos em homenagem ao aniversário da capital. A partir desses artigos escritos por moradores da cidade, que hoje atuam em diversas áreas profissionais, visualizamos o que é a cidade de Brasília e o que representa atualmente.⁵⁰

Carolina Soudant, 43 anos, moradora na SQS 706, ao relembrar sua chegada nos anos 60 em Brasília, recorda com saudosismo a cidade tranquila, que oferecia segurança. Segundo ela, nos últimos anos os moradores vivem inseguros pelo número significativo de assaltos, estupros, roubos entre outros crimes que acontecem na cidade. Lamenta por seu filho não ter a oportunidade de viver como ela viveu em sua juventude, em que se podia passear à noite com tranquilidade.

⁵⁰ Ver Correio Braziliense. **Brasília 40 anos**. Disponível em: <<http://corrcioweb.com.br/hotsites/bsb40anos>>.

A questão da violência, como revela Carolina Soudant, é apenas um dos vários problemas enfrentados pelos moradores. Segundo Rovênia Amorim (da equipe do Correio), as alterações na arquitetura do Plano Piloto, ou seja, as construções desordenadas, “sem planejamento”, estão destruindo o aspecto funcional da cidade: “Passados 40 anos, foram muitas as alterações no projeto original. O horizonte, que deveria ser completamente aberto, está sendo interrompido pelo prédios altos”. Segundo o arquiteto Haroldo Pinheiro, estas alterações e construções de prédios de sete andares “desvirtua a obra de Lúcio Costa e ameaça o tombamento da cidade como Patrimônio Cultural da Humanidade”.

A cidade que possuía tranquilidade, segurança, e encantava moradores e visitantes tem uma imagem diferente do que foi idealizada. É o que acontece também com relação às oportunidades de emprego. Muitos brasileiros foram para a nova capital acreditando que ela era sinônimo de emprego, moradia e melhores condições de vida, porém, Brasília vem enfrentando nos últimos anos, os altos índices de desemprego que evidenciam um dos paradoxos da cidade. O número de habitantes registrado na cidade excede ao que foi planejado. A cidade que foi criada para exercer a função burocrática, passa a ser questionada se continua sendo o centro da política, ou se passa a ser uma cidade convencional.

Para Aldo Paviani, geógrafo e professor da UNB : “Chegamos ao ano 2000 com uma Brasília complexa, totalmente desfigurada social e urbanisticamente em relação ao imaginário dos fundadores(JK, Lúcio Costa, Niemeyer, Israel e outros)”. O artigo que escreve discute sobre os desafios para expansão enfrentados pela cidade e a necessidade que este crescimento aconteça.

Apesar dos inúmeros problemas enfrentados pela população e analisados por professores da Universidade de Brasília, como Cláudio Queiróz da Faculdade de Arquitetura, “ *O Plano Piloto ainda tem 35% dos terrenos disponíveis. As organizações da comunidade, como as prefeituras das quadras, estão começando a cobrar os benefícios do*

projeto original de Brasília. E esse projeto ainda vai ser construído. Vamos resistir e construir a Brasília que queremos.” Vários moradores, como Cláudio, acreditam e têm esperanças que Brasília possa mudar e conseguir resolver os seus diversos problemas sociais urbanos.

Diante destes artigos perguntamos: após quarenta anos, Brasília deve ser construída ou está em processo de construção? O que podemos afirmar é que para muitas pessoas, a cidade não alcançou as características da cidade idealizada na segunda metade da década de 50 e, em alguns, a esperança de que ela seja diferente ainda persiste.

FONTES

JORNAIS

CORREIO DE UBERLÂNDIA, Uberlândia. Período: jan./1950 à jun./1970.

O REPÓRTER, Uberlândia. Período: jul./1951 à abr./1961.

REVISTAS

UBERLÂNDIA ILUSTRADA, Uberlândia. Alguns artigos do período: jul./1946 à abr.1961.

REVISTA BRASÍLIA, Brasília . Alguns artigos do período: set./1958 à mar./1959.

ENTREVISTAS

Caetana do Amaral Braga (“Dona Caetana”) – Nasceu em 26 de abril de 1924, em Brasópolis. Segundo dona Caetana, ela morava em Pouso Alegre quando seu irmão lhe chamou para ir trabalhar na nova capital. Dona Caetana foi para Brasília, em junho de 1957 com seu marido que na época tinha dois caminhões, e conseguiu um trabalho na Rabelo, para exercer a função de chefe de oficina. Dona Caetana conta que foi a primeira parteira da Vila Planalto, depois morou um tempo na Vila Amauri onde foi comerciante. Também trabalhou como cozinheira, em um dos clubes da Rabelo durante dois a três meses. Conseguiu trabalhar de telefonista no Hospital Distrital, o qual lhe assegurou a posse de sua moradia na Vila Planalto. Entrevista realizada em 1992/1993. Publicada em 2001,p.29-31.

Efigênia Fernandes Dias – Nasceu em Gonzaga, no interior de Minas Gerais, no dia 30 de janeiro de 1958. Segundo Efigênia, chegou em Brasília em 1969 quando tinha 09 anos de idade, mas já havia visitado a cidade antes. Seu pai trabalhou no canteiros de obra desde o início da construção. Prometia que ia voltar e não voltava para Gonzaga, um dia sua mãe cansou de esperá-lo e foi para Brasília. Efigênia morou alguns anos em Belo Horizonte e depois se mudou para a nova capital, morando em um alojamento da Companhia Nacional. Por volta de 1978/1979 a TERRACAP, retirou os moradores desse local onde moravam e foram “jogados”, segundo Efigênia, na Vila Planalto. Lembra que na época estudava, trabalhava em lugares como nas Lojas Americanas, Brasileiras e via os diversos problemas enfrentados pelo moradores da Vila onde moravam. Depois de algum tempo decidiu fazer parte da luta, promovida pela Associação de Moradores, pelo direito de permanecerem na Vila Planalto e conseguirem melhores condições de moradia. Entrevista realizada em 1993. Publicada em 2001,p.52-55.

Gabriel Balbino Nogueira – Nasceu no dia 15 de abril de 1927, na cidade Santa Bárbara, Zona da Mata, Minas Gerais. Segundo o Sr. Gabriel, ele morou com sua madrinha, que o levou para o Rio de Janeiro para que estudasse e tivesse condição de ajudar sua mãe. No Rio, foi colocado na SAM (Serviço de Assistência ao Menor – semelhante a FEBEM). Depois, foi para o Patronato Agrícola Lindolfo Coimbra, em Muzambinho, Minas Gerais. Com 17 anos, trabalhou na Fábrica de Calçados Rival, e logo entrou para o Corpo de Bombeiros. Mas, como as normas eram muito rígidas, ele saiu e foi trabalhar em uma padaria de confeitiro. “Cansou de fazer florzinhas”, e conseguiu um serviço na Construtora Rabelo em Belo

Horizonte. Foi fichado no dia 19 de dezembro de 1955. Depois foi transferido para a cidade de Ressaquinha para trabalhar em uma pedreira, quando foi informado que iriam construir o Palácio da Alvorada e precisava de trabalhadores. Entrevista realizada em 1992/1993. Publicada em 2001, p.11-13.

Maria de Lourdes Pereira dos Santos (“Lourdes”) – Nasceu no dia 29 de agosto de 1955 em Paracatu, Minas Gerais. Chegou em Brasília em 1964, quando tinha 09 anos de idade. Foi morar na Cidade Livre que era o Núcleo Bandeirante, com a mãe e o irmão. Segundo Lourdes, quem mudou primeiro para Paranóia, foi sua irmã mais velha que já era casada. Como a casa era pequena, Lourdes, seu irmão e sua mãe moraram em uma chácara perto do aeroporto, onde estudou na escola da Zona Aérea junto com filhos de militares sendo a única negra. Sua professora Terezinha, que estava com o filho doente a contratou para ajudá-la, foi seu primeiro emprego. Conclui o segundo grau, porém, não passou no vestibular. Com 16 para 17 anos, foi contratada para trabalhar na AMPARE, como professora, alfabetizava crianças com Síndrome de Down. Devido aos vários problemas enfrentado na Vila Paranóia por volta dos anos 70, ela começou a fazer parte das Associação de Moradores. Entrevista realizada em 1997. Publicada em 2001, p.44-47.

Nelito Vieira Maria (“Seu Maia”)- Nasceu em 1939 em Monte Alegre de Minas. Segundo “Seu Maia”, eles moravam em uma fazenda no município de Tupaciguara que era conhecido pelo nome Confusão. Como seu pai “vivía como cigano” mudaram para Goiás, e depois para Brasília em 1957. Somente em fevereiro de 1958, que Nelito foi para Brasília por influência do irmão, que transportava trabalhadores para o canteiros de obras, e lhe disse que iriam construir em Paranóia uma barragem. No canteiros de obras, reencontrou com Aparecida Cardoso Vieira que ele havia conhecido em Minas Gerais. Eles namoraram e casaram no período da construção da nova capital. “Seu Maia” foi tratorista na CCBE, quando em 1965 foi demitido. Trabalhou durante alguns anos como fotógrafo até conseguir o direito de posse de uma chácara próximo à Paranóia. Entrevista realizada em 1997. Publicada em 2001, p.14-17.

FOTO

FONTENELLE, Mário. Refeitório em canteiro de obras do IAPB. 1958. 14 cm x 9cm.

Arquivo Publico do Distrito Federal.

MAPA

BRASIL. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Divisão de Planejamento.

Acessos Rodoviários a Brasília. Brasília, 1958. Fonte: Publicado em: Revista Brasília.

Brasília: NOVACAP, vol. 2, nº 23, set/1958. p.17.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Rovênia. **Tema do dia – O sonho ameaçado**. Correio Braziliense. Disponível em: < <http://www2.correioweb.com.br/bsb40anos> > Acesso em 08 jan.2002.

ÁVILA, Cristina. **Era pra ser tudo assim**. Correio Braziliense. Disponível em:< <http://www2.correioweb.com.br/bsb40anos> > Acesso em 02 set.2002.

BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social”. In: **Enciclopedia Einaudi**. v.5, Anthropos-Homem. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p.296-332.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 2ª edição, 1988.

CHAUÍ, Marilena de S. “Os trabalhos da memória”. In: BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 2ª ed., São Paulo: T.A Queiroz/USP, 1987, p.XVII a XXXII.

COUTO, Ronaldo Costa. **Brasília Kubitschek de Oliveira**. Rio de Janeiro: Record, 2001

FIORIN, José Luiz . **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1990.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História Social. **Projeto História**. História e Oralidade, São Paulo: EDUC, nº 22, p 79-103, Jun/2001.

KUBITSCHKE, Juscelino . **Por que construí Brasília. Rio de Janeiro: Bloch Editora. 1975.**

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. “Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956—1960). In: GOMES, Ângela de Castro (org). **O Brasil de JK.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins (1956-1961).** Vitória: EDUFES, 1998.

PAVIANI, Aldo. **Brasília: expansão com desafios para o século XXI.** Correio Braziliense. Disponível em: <<http://www2.correioweb.com.br/hotsites/bsb40anos>>. Acesso em: 02 set. 2002.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Revista Projeto História.** São Paulo: EDUC, nº14, fev./1977.

MEDLEG, Georgete Rodrigues. **Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília.** Brasília. Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado, Nov./ 1990. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Joelma Rodrigues da. **Mulher: “Pedra Preciosa”; Prostituição e relações de gênero em Brasília (1957-1961).** Brasília, 1995. (Dissertação de Mestrado).

TEIXEIRA, Hermes Aquino. **Brasília o outro lado da utopia (1956-1960).** Brasília. Universidade de Brasília, 1992. (Dissertação de mestrado em História Política do Brasil).

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo & outras. **A Pesquisa em História**. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1985.

_____. Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: PUC, nº 3, 1984

VOLDMAN, Daniele. “ A invenção do depoimento oral”. In: FERREIRA, Marieta de M.e AMADO, Janaina. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, 2ª ed., p.247-265.